



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

**O CONFLITO ARMADO E OS RECURSOS NATURAIS:
O CASO DE SERRA LEOA**

LUCIANA ESTHER COSTA FERNANDES

**Brasília
2010**

LUCIANA ESTHER COSTA FERNANDES

O CONFLITO ARMADO E OS RECURSOS NATURAIS:
O CASO DE SERRA LEOA

Monografia apresentada como
requisito parcial a obtenção da
conclusão do Curso de
Graduação em Relações
Internacionais do Centro
Universitário de Brasília

Orientador:

Coordenador:

Brasília
2010

LUCIANA ESTHER COSTA FERNANDES

O CONFLITO ARMADO E OS RECURSOS NATURAIS:
O CASO DE SERRA LEOA

Monografia apresentada
junto ao curso de Relações
Internacionais do Centro
Universitário de Brasília como
requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra: Silvia Menicucci
(Orientadora)

Examinador

Examinador

Agradeço, primeiramente, a Deus por me amar incondicionalmente e por me capacitar em todos os meus momentos de fraqueza. Agradeço também à minha família pelo amor, compreensão e apoio não só durante minha vida acadêmica, mas durante todos os dias de minha existência. Aos amigos, por serem parte do meu aprendizado e solidários em tantos momentos difíceis e desgastantes desta caminhada. Por fim, agradeço aos mestres, por compartilharem valiosos conhecimentos e experiências de vida e, em especial, a minha orientadora, Professora Sílvia Menicucci, pelo auxílio imprescindível na elaboração deste projeto.

Muito obrigada!

Dedico este trabalho aos meus pais Raimundo e Ester Fernandes por serem grandes incentivadores na busca pelo conhecimento, ao meu irmão Lucas, pela amizade, ao meu namorado Douglas, pelo carinho e a todos os meus amigos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização e finalização deste trabalho.
Amo vocês!

O futuro tem muitos nomes.
Para os fracos é o inalcançável;
Para os temerosos, o desconhecido;
Para os valentes é a oportunidade.

Victor Hugo

RESUMO

Os conflitos civis de caráter não-internacional têm marcado o continente africano em virtude da série de fatores catalisadores de crises que atingem os vários setores da sociedade e adquirem dimensões étnicas, tribais ou religiosas. Parte desses conflitos está relacionada ao fato de existirem recursos naturais de grande valor nos países da África, e em especial, em Serra Leoa. Embora esses recursos não sejam a única causa para a ocorrência de um conflito civil, eles contribuem sobremaneira para que o conflito seja agravado. Fatores como a instabilidade de governos, a pobreza e a diversidade de fontes de financiamentos de grupos rebeldes, entre outros, colaboram para que saqueamentos e extorsões aconteçam frequentemente. O enfraquecimento e a falta de estabilidade do governo de Serra Leoa levaram à perda de seu controle sobre várias regiões abundantes em diamantes, permitindo que a *Revolutionary United Front* – RUF dominasse estas regiões, gerando uma cultura de conflito na sociedade. O processo de construção social da realidade conflitiva estabelecida entre o grupo armado, RUF, e o governo deste país é explicado por meio da Teoria Construtivista das Relações Internacionais, cuja abordagem está focada na intersubjetividade existente entre o grupo armado e o governo bem como na divergência de interesses entre eles.

Palavras-Chave: Conflito armado não-internacional. Causa. Recursos naturais. África. Serra Leoa.

ABSTRACT

Non-international armed conflicts have marked the African continent because of several factors catalysts crisis affecting the various sectors of society and acquire the ethnic, tribal or religious. Some of these conflicts is related to the fact that there are valuable natural resources in African countries. Although these features are not the only cause for the occurrence of civil conflict, they contribute greatly to the conflict is aggravated. Factors such as unstable governments, poverty and diversity of sources of financing rebel groups, among others, collaborate to pillage and extortion occur frequently, as happened in Sierra Leone. The weakness and lack of stability of the government of Sierra Leone led to the loss of control over various regions of abundant diamonds, allowing the Revolutionary United Front - RUF dominate these regions, creating a culture of conflict in society. The process of social construction of reality conflicted established between the armed group, RUF, and the government of this country is explained by the Constructivist Theory of International Relations, whose approach focuses on intersubjectivity between armed group and government as well as the divergence of interests between them.

Key Words: Non-international armed conflict. Cause. Natural Resources. Africa. Sierra Leone.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Conflito armado não internacional e recursos naturais.....	3
1.1. Mecanismos influenciadores do conflito civil.....	4
1.1.1. Início do conflito civil.....	4
1.1.2. Duração do conflito civil.....	5
1.1.3. Intensidade do conflito civil.....	7
1.1.4. Mecanismos Inesperados.....	8
1.2. Recursos naturais como causas de conflitos armados.....	9
1.2.1. Prejuízos à performance econômica.....	10
1.2.2. Enfraquecimento do governo.....	11
1.2.3. Incentivos para formação de um Estado independente.....	13
1.2.4. Financiamento de grupos rebeldes.....	13
2. O Conflito de Serra Leoa e a influência dos recursos naturais.....	14
2.1. O início da “conflito dos diamantes”.....	17
2.1.1 A busca pela paz.....	20
2.1.2. O acordo de Lomé.....	22
2.2. Concentração de esforços para reconstrução e estabelecimento da paz.....	24
2.3. O conflito dos diamantes e os fatores que influenciaram seu início: análise a partir a perspectiva de Ross.....	30
2.3.1. Prejuízos à performance econômica.....	30
2.3.2. Enfraquecimento do governo.....	31
2.3.3. Incentivos para formação de um Estado independente.....	32
2.3.4. Financiamento de grupos rebeldes.....	32
3. A importância dos recursos naturais nas Relações Internacionais.....	35
3.1. As Relações Internacionais sob a perspectiva Construtivista.....	36
3.1.1 O Construtivismo aplicado à resolução de conflitos.....	38
3.2. O Construtivismo e o conflito civil em Serra Leoa.....	40
3.2.1. A reconstrução e o desarmamento em Serra Leoa.....	42
3.2.2. O papel da assistência externa.....	45
3.2.3. A sociedade e o papel do Estado.....	46
3.2.4. O papel dos recursos internos.....	49
Conclusão.....	50
Referências.....	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como tema “Os recursos naturais e o conflito armado: o caso de Serra Leoa”. O estudo deste assunto teve como finalidade analisar como os recursos naturais podem contribuir para a ocorrência de um conflito civil, a partir da metodologia desenvolvida por Michael Ross.

Segundo essa metodologia, os recursos naturais são considerados uma das causas para a eclosão do conflito armado sendo que o início, a duração e a intensidade desse fenômeno estão associados a mecanismos influenciadores tais como: financiamento dos custos das operações dos grupos rebeldes, ressentimentos entre a população, saques às áreas abundantes em recursos, entre outros.

Tendo em vista a Teoria Construtivista de Relações Internacionais, buscou-se aplicar ao caso de Serra Leoa as possíveis razões que se relacionam com a ocorrência de um conflito civil, isto é, com o conflito que perdurou por mais de uma década neste país do continente africano, considerando a abundância de diamantes do tipo aluvial em seu território.

Fez-se necessário fazer uma abordagem sobre o contexto regional de Serra Leoa, avaliando-se quais eram os países fronteiriços e a relação do país com seus vizinhos. Esta abordagem esclarece quem foram os líderes do grupo rebelde RUF (Revolutionary Union Front), responsável pelas atrocidades e pelo contrabando ilegal de diamantes, bem como as formas de financiamento que colaboraram para a permanência das ações criminosas durante os anos do conflito. A partir deste ponto, explanou-se também sobre como se deu a aliança de Foday Sankoh, ex-soldado das Forças Armadas de Serra Leoa, com Charles Taylor, ex-presidente da Libéria, que juntos lideraram o grupo rebelde.

O trabalho é composto de três capítulos, nos quais temos, no primeiro capítulo uma análise dos mecanismos que, provavelmente, influenciam a ocorrência de um conflito armado. Esta análise compreende hipóteses relacionadas ao início, duração e intensidade do conflito. Em seguida são apresentadas as razões principais que podem levar um país ao conflito civil, levando-se em consideração a existência de recursos naturais e os possíveis desdobramentos e efeitos destas razões que fundamentam o conflito, quais sejam: (1) prejuízo ao desempenho econômico do país; (2) enfraquecimento governamental e corrupção; (3) incentivo à população que vive em uma região rica em recursos naturais a

lutar pela independência da região; e (4) oferecimento de ajuda financeira a grupos rebeldes.

O segundo capítulo trata de uma breve descrição histórica do conflito. Isto é, quem são os principais agentes, quais fatores contribuíram para eclosão do conflito, quais as condições que facilitaram o recrutamento de pessoas para o grupo rebelde e como o governo de Serra Leoa contribui para o fim do conflito armado, amparado pela ajuda da comunidade internacional e das Nações Unidas, por meio do envio de forças de paz (UNAMSIL – United Nations Mission for Sierra Leone). Buscou-se ainda aplicar as razões apresentadas no primeiro capítulo ao caso de Serra Leoa.

O terceiro capítulo vem finalizar trazendo esclarecimentos sobre a importância do estudo dos recursos naturais no campo das Relações Internacionais e suas implicações além de traçar uma perspectiva construtivista sobre a resolução de conflitos: como ocorre a formação da identidade de grupos sociais e a construção social dos atores a partir de três níveis de socialização. Fez-se também uma aplicação da perspectiva construtivista ao conflito ocorrido em Serra Leoa, avaliando-se como se deu a distorção da identidade dos grupos sociais.

1. CONFLITO ARMADO NÃO-INTERNACIONAL E RECURSOS NATURAIS

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) define como conflito armado não-internacional, embasado no Direito Internacional Humanitário, o conflito entre forças governamentais e grupos armados não governamentais - ou entre os próprios grupos armados – (CICV, 2008, p. 1) A fim de distinguir um conflito armado a partir do artigo 3º comum às quatro convenções de Genebra¹, esclarece-se que a situação deve atingir um determinado patamar de confrontação. Isto é, o conflito deve atingir um nível mínimo de intensidade, levando o governo a fazer uso de suas forças armadas contra os insurgentes. Para tal distinção ainda ressalta-se que o grupo armado deve ser considerado “parte do conflito”, no sentido de possuir forças armadas organizadas. Isto significa que tais forças estão sob certa estrutura de comando e possuem capacidade para sustentar suas operações militares. (CICV, 2008, p. 3)

Segundo Clausewitz (1996, p. 7), a guerra, em um contexto mais amplo, nada mais é que um duelo em uma escala mais vasta, uma vez que o objetivo primordial deste fenômeno é abater o adversário para, desta forma, torná-lo incapaz de toda e qualquer resistência.

Os conflitos armados, de caráter não-internacional, têm marcado o continente africano em virtude da série de fatores catalisadores de crises que atingem os vários setores de uma sociedade e adquirem dimensões étnicas, tribais ou religiosas. A vulnerabilidade das populações que vivem no continente africano é aumentada por causa da combinação de características de um Estado fraco, com pouca infra-estrutura, somado ao fato de existirem grupos armados e agentes politicamente dirigidos. (CICV, 2010, p. 6)

Contribui para esta situação o fato de esta região do globo ser extremamente pobre e desestruturada. Enquanto houve uma queda no número de conflitos civis em muitas regiões do mundo no período pós Guerra Fria, na África este número permaneceu constante². (ROSS, 2003, p. 3) Observando-se a década de 1990, nota-se que dois terços dos conflitos do continente africano foram classificados como conflitos civis. (ROSS,

¹ As Convenções de Genebra de 1949 (e os Protocolos Adicionais) são tratados internacionais que contêm as regras mais importantes que limitam a barbárie da guerra. Este conjunto de documentos rege a conduta dos conflitos armados e buscam limitar seus esforços.

² A pobreza na África contribui significativamente para essa tendência; significantes taxas de pobreza aumentam o risco de um conflito civil.

2003, p. 4) Em muitos desses conflitos civis é possível fazer alguma relação com a existência de recursos naturais: petróleo, ouro, diamante e outras pedras preciosas. Contudo, é importante ressaltar que os recursos naturais nunca são a única causa para ocorrência do conflito, ou seja, fatores como pobreza e governos instáveis, por exemplo, certamente estarão correlacionados à guerra.

1.1. MECANISMOS INFLUENCIADORES DO CONFLITO CIVIL

O seguinte quadro de mecanismos influenciadores de um conflito civil permite observar de que forma o recurso natural se relaciona com o início, a duração e a intensidade de um conflito armado:

Figura 1- Hipóteses sobre mecanismos influenciadores do conflito civil

Hipóteses sobre o início de uma guerra civil	
1.	Saqueamento por potenciais rebeldes -> custos financiados -> conflito civil
2.	Extração de recurso -> ressentimento entre a população local -> conflito civil
3.	Extração de recurso -> incentivo ao separatismo -> conflito civil
4.	Dependência do Estado em receitas advindas de recurso -> enfraquecimento do Estado -> conflito civil
Hipóteses sobre a duração de um conflito civil	
5.	Saqueamento por parte do lado mais fraco (forte) -> aumento de armas -> guerra prolongada (encurtada)
6.	Guerra (paz) aparentemente rentável -> menos (mais) incentivo pra paz -> guerra prolongada (encurtada)
7.	Abundância de recurso em regiões separatistas -> <i>commitment problem</i> -> guerra prolongada
Hipóteses sobre a intensidade de um conflito civil	
8.	Dois lados engajados na batalha -> mais vítimas
9.	Dois lados engajados em uma pilhagem coletiva -> menos vítimas

(ROSS, 2004, p. 39)

Cumprir analisar as hipóteses relacionadas no quadro para seu melhor entendimento.

1.1.1. Início do conflito civil

A abundância de recursos poderá causar o início de um conflito civil através de quatro maneiras. O saqueamento dos recursos naturais é o mecanismo mais comum para explicar como se dá o início de um confronto civil e está amplamente relacionado à questão do financiamento das suas ações dos grupos rebeldes. (ROSS, 2004, p. 40)

Em geral, o financiamento dos grupos rebeldes, é oriundo da exportação de recursos naturais. Neste caso, os próprios rebeldes podem extrair e vender os recursos ou extorquir dinheiro daqueles que extraem. (ROSS, 2004, p. 40). A extorsão de dinheiro que geralmente acontece com as firmas ou indústrias localizadas nas regiões onde os recursos naturais estão concentrados proporciona aos rebeldes uma renda extra, pois as empresas vítimas da extorsão dificilmente se mudam para uma área mais segura, devido aos custos desta ação. Ou seja, a probabilidade de realocação destas indústrias para áreas mais seguras é muito pequena, fazendo com que as mesmas se sujeitem aos saqueamentos ou paguem quantias em dinheiro aos rebeldes, gerando, assim, uma renda extra para estes. Nesse último caso, tais empresas deixam de ser vítimas e assumem papel de colaboradoras do comércio ilegal.

As extorsões acontecem, em geral, em um período anterior à guerra para que, desta forma, o grupo rebelde possa comprar armas, munições e todo equipamento que esta atividade demanda. Portanto: “commodities primárias aumentam a probabilidade de uma guerra civil ocorrendo possibilitando que grupos rebeldes angariem dinheiro pela extração e venda direta de commodities ou pela extorsão de dinheiro daqueles que o fazem” (ROSS, 2004, p. 40). Além disso, a abundância de recursos faz com que o conflito civil seja mais provável por causa da degradação ambiental, de poucas oportunidades de emprego e da migração por motivos de trabalho. (ROSS, 2004, p.41).

Pode ser determinante para seus efeitos no que se refere ao conflito, a localização dos recursos naturais no território. Se eles estão localizados em uma área periférica do país ou em uma área de população étnica minoritária, é possível que surja, em meio a esta população, iniciativas separatistas, elevando assim, a probabilidade de ocorrência do conflito civil. Ainda que não haja incentivos separatistas, podem-se acirrar diferenças étnicas ou religiosas visando o recrudescimento da violência. (ROSS, 2004, p. 21).

Por fim, a abundância de recursos, pode causar o enfraquecimento do Estado, tornando, assim, mais provável, a ocorrência do conflito civil, pois a riqueza advinda do recurso ameniza a necessidade do governo de cobrar impostos, que por sua vez, produz um Estado menos responsivo aos seus cidadãos. (ROSS, 2004, p. 42).

1.1.2. Duração do conflito civil

A abundância em recursos naturais pode influenciar a duração de um conflito civil. Há mecanismos que podem influenciar – abreviar ou prolongar – o conflito, dependendo da forma como o conflito ocorre. Dois destes mecanismos devem ser observados, tendo em vistas suas possíveis implicações. O primeiro deles é o saqueamento. Os insurgentes esperam que a fonte financeira de financiamento de suas ações sejam os recursos naturais. Quando os recursos naturais não são capazes de prover o financiamento, o conflito tende a perdurar por mais tempo, pois os rebeldes preferirão continuar lutando nos campos de batalha para aumentarem as chances de conseguir o financiamento a partir dos recursos a negociarem condições que visem o término da guerra. Este mecanismo pressupõe que os rebeldes estão do lado mais fraco e querem reforçar o lado mais fraco, a partir de financiamentos, o que faz com que o conflito seja prolongado. (ROSS, 2004, p. 43).

O contrário também é válido, ou seja, a duração do conflito pode ser abreviada se são fornecidos recursos financeiros para o lado mais forte, pois será dado a este lado uma chance maior de vitória ou possibilidade maior de liquidar o inimigo mais rapidamente.

Este mecanismo implica o aumento de renda de algum dos dois lados após o início do conflito. Assim: “a abundância de um recurso leva a ampliação ou a redução da duração da guerra civil quando esta provê fundos para o lado mais fraco ou mais forte” (ROSS, 2004, p. 43).

A partir da ocorrência deste mecanismo, pode-se inferir que um dos dois lados, angariou recursos financeiros por meio de extorsões ou saqueamentos, por exemplo, de indústrias após o início da guerra. Considerando-se, porém, que os dois lados obtiveram recursos concomitantemente, infere-se que os efeitos desta ação, em sua totalidade, prolongarão o conflito, já que o conflito persistirá à medida que os recursos financeiros do lado mais fraco não se esgotarem. (ROSS, 2004, p. 43).

O segundo mecanismo de influência na duração de conflitos civis está relacionado à rentabilidade dos saques realizados pelos insurgentes que desestimulam o estabelecimento de um acordo de paz, como aconteceu em Angola, República Democrática do Congo e Serra Leoa, onde as organizações rebeldes juntaram riquezas com a troca ou venda de diamantes que envolveram interesses e vantagens econômicas que aprazaram o conflito.

Há ainda outra versão acerca dos mecanismos que instigam a permanência do conflito, isto é, a existência de recursos facilmente extorquidos da natureza incentiva os soldados dos exércitos a acumularem riquezas pessoais em detrimento da obediência a seus superiores o que dificulta firmar um acordo de paz de caráter obrigatório. (ROSS, 2004, p. 44). Portanto, a abundância em recursos pode levar ao aumento ou diminuição da duração do conflito civil por meio da oferta aos combatentes de incentivos para se oporem ou apoiarem um tratado de paz. (ROSS, 2004, p.44)

Assim, se os comandantes dos exércitos julgarem que os ganhos dos períodos de paz são maiores que os ganhos dos períodos de guerra, poderá haver estímulos para o estabelecimento de um acordo de paz. O mesmo acontecerá na situação de os soldados julgarem os momentos de paz mais rentáveis que os de guerra, pois compelirão seus superiores a negociarem ou a renderem-se.

Uma terceira maneira de a abundância de recursos causar o prolongamento de um conflito separatista é ainda considerada. O grupo rebelde pode querer findar o conflito por meio da assinatura de um acordo, entre o grupo e o governo, visando uma autonomia regional. Contudo, a abundância de recursos na região fará com que o governo provavelmente rejeite qualquer acordo deste tipo para, desta forma, obter acesso a futuras receitas provenientes dos recursos.

1.1.3. Intensidade de uma guerra civil

Segundo Ross (2004, p. 15) os conflitos civis armados podem ser classificados estatisticamente pelo número de mortes causadas e esta classificação permite ponderar a intensidade de tal conflito durante todo período de batalhas. A abundância de recursos tende a aumentar a taxa de mortalidade durante uma guerra civil, levando as partes a lutarem pelo controle de determinado território por causa da riqueza que possui. (ROSS, 2004, p. 45)

O segundo mecanismo pode reduzir a intensidade de um conflito civil caso os adversários deponham suas armas e se juntem para extrair recursos. Essa situação sugere que: “abundância de recursos tende a diminuir a taxa de mortalidade durante o conflito civil, fazendo com que os combatentes cooperem na exploração do recurso”. (ROSS, 2004, p. 46) Ross apresenta uma tabela que consolida vários tipos de bens naturais (minerais,

gás, commodities agrícolas, etc.) que foram motivo de disputa entre um governo e um grupo organizado de rebeldes.

Tabela 2 - Conflitos civis ligados à abundância de recursos, 1990-2000

<i>País</i>	<i>Duração</i>	<i>Recursos</i>
Afeganistão	1992-2001	Gemas, ópio
Angola	1975-2002	Petróleo, diamantes
<i>Burma</i>	1983-95	Madeira, estanho, gemas, ópio
Camboja	1978-97	Madeira, gemas
Colômbia	1984-	Petróleo, ouro, coca
República do Congo	1997	Petróleo
República Democrática do Congo	1996	Cobre, diamante, ouro, cobalto
República Democrática do Congo	1997-99	Cobre, diamante, outro, cobalto
<i>Indonésia</i>	1976	Gás natural
Libéria	1989-96	Madeira, diamantes, ferro
Peru	1982-96	Coca
Serra Leoa	1991-2000	Diamantes
<i>Sudão</i>	1983	Petróleo

Nota: Conflitos separatistas listados em itálico. (ROSS, 2004, p. 48).

Nota-se, portanto, a partir da tabela acima que entre os anos 1990 e 2000 uma boa parte de Estados africanos sofreram mazelas decorrentes dos conflitos gerados, entre outros motivos, pela existência de recursos naturais, sendo parte desses, minerais não-combustíveis.

1.1.4. Mecanismos Inesperados

Quatro mecanismos adicionais considerados “inesperados” são ainda identificados por Ross, consoante quadro abaixo. O primeiro mecanismo ocorre quando forças vizinhas intervêm no conflito a favor do grupo rebelde para, desta maneira, obter acesso às reservas de recursos naturais. (ROSS, 2004, p. 56-57)

Figura 2 - Mecanismos Inesperados

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Abundância de recurso -> intervenção estrangeira -> conflito civil 2. Contratos de bens futuros -> custos financiados -> conflito civil 3. Venda de contratos de bens futuros por parte do lado mais fraco (mais forte) -> conflito prolongado (encurtado) 4. Repressão preventiva pelo governo para proteção dos recursos -> mais |
|--|

vítimas

(Ross, 2004, p. 57)

O direito de explorar recursos minerais que ainda não foram capturados ou que ainda não estão sob poder daquele que os extorquiou também tem influência sobre a ocorrência do conflito civil. Este mecanismo é embasado no pagamento dos soldados e na compra de armas que possibilitarão a organização adquirir o bem almejado e respalda mais uma hipótese apresentada: “abundância de recursos aumenta a probabilidade de ocorrência de uma guerra civil, possibilitando grupos rebeldes venderem direito de exploração futuro sobre minerais que eles esperam capturar”. (ROSS, 2004, p. 58).

Se o grupo rebelde não for capaz de vender o direito de exploração futura dos recursos que pretendem capturar podem acabar não tendo fundos necessários para sustentar suas ações futuras. Desta forma, a abundância de recursos tende a aumentar ou a diminuir a duração de um conflito civil impossibilitando o lado mais fraco ou o lado mais forte de levantar receitas por meio da venda de direitos de exploração futura de recursos que eles esperam capturar. (ROSS, 2004, p. 59)

A chamada repressão preventiva relaciona a abundância de recurso com a intensidade do combate. Isto acontece quando o governo pretende manter seu controle sobre a região rica em recurso agindo de forma violenta contra a população que pretende se separar do Estado. Nesta situação, a taxa de mortalidade tende a crescer. (ROSS, 2004, p. 61)

Estes mecanismos permitem esclarecer de que forma os recursos naturais se relacionam ao conflito civil.

1.2. RECURSOS NATURAIS COMO CAUSAS DE CONFLITOS ARMADOS

No tópico anterior a partir da proposta de Ross, foram apresentadas as hipóteses de influência dos recursos naturais no início, duração e intensidade do conflito armado. Este

tópico tem o intuito de aprofundar a análise da fase inicial, ou seja, os recursos naturais como causas de conflitos armados.

Desde os anos 1990 muitas pesquisas têm sido feitas com o objetivo de relacionar a presença de recursos naturais em determinado território com a ocorrência de um conflito armado. Tem-se constatado, portanto, que os recursos naturais desempenham uma grande influência para que o conflito armado ocorra, embora ele não seja, por si só, a única fonte geradora do conflito. (ROSS, 2003, p. 3)

Um conflito armado não-internacional, conhecido como conflito civil ou guerra civil, é provocado por um conjunto complexo de fatores que vão além dos recursos naturais. Diversos fatores, tais como pobreza, corrupção, governos fracos, ressentimentos étnicos, entre outros, aliados a questão da escassez ou abundância de recursos naturais, contribuem para eclosão de um conflito armado. Como visto, a abundância de recursos naturais eleva a probabilidade do início da guerra, e, uma vez iniciada, a solução pacífica para tal, torna-se mais difícil de ser alcançada. Faz-se necessário, portanto, analisar a correlação da ocorrência do conflito civil com os principais motivos para tal. (ROSS, 2003, p.4)

A probabilidade de ocorrência de um conflito civil relacionado aos recursos naturais pode ser aumentada quando: (1) há prejuízos à performance econômica; (2) o governo se enfraquece; (3) é dado incentivo à população que vive em uma região rica em recursos naturais para formação de um Estado separado e (4) há financiamento a grupos rebeldes. (ROSS, 2003, p. 2)

1.2.1. Prejuízos à performance econômica

No que diz respeito à performance econômica, a dependência de recursos naturais pode resultar na maior suscetibilidade de um Estado à guerra civil. Isto acontece em decorrência da redução do crescimento econômico e do aumento da pobreza. Ross constata que economias dependentes de recursos naturais crescem mais lentamente que economias pobres em bens naturais. Conforme exemplifica a seguir:

Em países que possuem o setor de mineração de médio porte (entre 6% e 15% das exportações), o PIB per capita caiu a uma taxa de 0.7% ao ano no decorrer da década de 90. Em países com um amplo setor de mineração (entre 15% e 50% das exportações) o PIB per capita caiu notavelmente a 2.3% ao ano. Coletivamente, estes países mineradores

viram seus PIBs per capita caírem em 1.15% ao ano – uma queda durante a década de quase 11%. (ROSS, 2003 p. 5).

A tabela abaixo demonstra a situação de alguns países no que se refere à dependência governamental de minerais não-combustíveis:

Tabela 1 - Dependência dos Estados de Minerais Não-Combustíveis

Países	Dependência Mineral
1. Botsuana	35.1
2. Serra Leoa*	28.9
3. Zâmbia*	26.1
4. Emirados Árabes Unidos	18.2
5. Mauritânia*	18.4
6. Bahrain	16.4
7. Papua Neva Guiné	14.1
8. Libéria*	12.5
9. Nigéria*	12.2
10. Chile	11.9
11. Guiné*	11.8
12. República Democrática do Congo*	7.0
13. Jordânia	6.3
14. Bolívia*	5.8
15. Togo*	5.1
16. República Centro Africana*	4.8
17. Peru	4.7
18. Gana*	4.6
19. Bulgária	4.0
20. Angola*³	3.6

Fonte: ROSS (2003, p. 30)

Analisando-se ainda a performance econômica, observa-se que os índices de pobreza também influenciam o crescimento econômico de um Estado quando este embasa suas taxas de crescimento em exportações de minerais não-combustíveis assim como na exportação de recursos naturais de forma geral. (ROSS, 2003, p.6) Quando um país é muito pobre a população fica mais propensa a se voltar contra o governo, pois o Estado não é capaz de prover direitos básicos como oportunidades de emprego e educação. Nesta situação, a população local fica mais vulnerável ao recrutamento de grupos rebeldes.

*Países pobres altamente individualizados; negrito significa guerra civil desde 1990.

Dependência de minerais é a relação das exportações de mineral não-combustível e o PIB; os dados são de 1995.

1.2.2. Enfraquecimento do governo

Analisando-se a má gestão governamental a partir o problema da corrupção, tem-se que quando a maior parte da receita arrecadada pelo governo provém do petróleo, de minerais ou de madeiras, é mais provável que este se torne corrupto. Ou seja, se o governo absorve uma grande receita proveniente de recursos, a eficácia do processo desse é prejudicada, uma vez que o controle administrativo não é efetivo. O enfraquecimento do governo relaciona-se às receitas oriundas dos recursos naturais. Ross afirma que, desta forma, uma relação direta entre tais receitas e a inaptidão dos governos de solucionar problemas sociais com políticas públicas voltadas para educação e saúde. (ROSS, 2003, p. 10)

Isto significa que a efetividade burocrática do Estado é lesada uma vez que o seu financiamento não provém da arrecadação de impostos. A capacidade de extrair impostos da população é uma forma de o Estado impor sua força. Quando não consegue se impor desta forma, o governo pode também ser incapaz de estabelecer o tipo de burocracia que pode fornecer políticas públicas eficazes e, assim, amenizar os conflitos sociais e diminuir os riscos de um conflito civil. (ROSS, 2003, p. 8)

Outro quadro importante a se considerar é a redução da responsabilidade do governo que gera uma postura pouco democrática do Estado. Esta situação é oriunda, muitas vezes, da receitas extras advindas dos recursos naturais, pois os governos menos democráticos podem usar da aplicação de políticas fiscais para reprimir dissidentes. A elevação dos gastos, por exemplo, é um dos instrumentos utilizados pelos governos irresponsáveis quando os mesmos buscam atenuar as pressões de grupos sociais organizados, concedendo a estes benefícios. (ROSS, 2003, p. 13)

Há também os gastos com os militares que ajudam a reprimir a dissidência da população. Este tipo de despesa é evidentemente maior em países ricos em minerais que em países pobres. Desta forma, os Estados com governos irresponsáveis tornam os países mais suscetíveis ao conflito, pois não são capazes de resolver as queixas da população e, portanto podem estar mais propensos a surtos de conflitos civis. (ROSS, 2003, p. 14)

O enfraquecimento do governo também se verifica pelo abrandamento do controle do Estado sobre seu território. Se um Estado é rico em recursos minerais que podem ser extraídos de tal maneira que o uso de técnicas ou algum tipo de especialização não se

façam necessários, a dificuldade de legitimar, perante a população, uma lei que regularize a extração destes recursos será, consideravelmente, grande. Há, em decorrência desta situação, uma concentração de garimpeiros ilegais em áreas de fronteiras, onde a presença do Estado é muito reduzida. Desta forma, os garimpeiros ilegais não encontram dificuldades para ações de contrabando dos recursos e, muitas vezes, fazem uso da violência para terem suas reivindicações atendidas. Mediante isto, muitos grupos rebeldes se formam para se opor à tentativa do Estado de impor sua força. (ROSS, 2003, p. 10-11)

1.2.3. Incentivos para formação de um Estado independente

A abundância de recursos naturais pode levar a população de uma região rica a promover um conflito civil em prol de um Estado separado. Esta situação pode se agravar, pois estas pessoas podem possuir uma identidade étnica, religiosa ou lingüística que as diferenciam do restante do país. A apropriação de terras por parte do governo em razão da riqueza do solo, também pode gerar ressentimentos na população que poderá ver na separação a solução para a injustiça. (ROSS, 2003, p.14)

1.2.4. Financiamento de grupos rebeldes

Um grupo rebelde, para poder dar continuidade às suas ações, precisa de uma fonte constante e regular de financiamento de suas ações. Para obter o financiamento, muitos destes grupos recorrem à exploração de recursos naturais, principalmente, porque: (1) os recursos naturais geralmente proporcionam grande rendimento financeiro aos seus exploradores e (2) os recursos naturais estão presentes em locais específicos. Nesta situação, as extrações ilegais ocorrem com mais freqüência. Se os rebeldes tentassem extorquir dinheiro de uma empresa de manufatura, por exemplo, estas se transfeririam para outra área, pois é mais provável que sua atividade não esteja relacionada com as características ambientais da região em que está localizada. (ROSS, 2003, p. 17)

Contudo, as empresas mineradoras não podem transferir suas sedes para locais mais seguros, tendo em vista os custos desta transferência, possibilitando assim a extorsão de dinheiro por parte dos rebeldes. Esta situação, somada ao fato de este tipo de empresa se localizar em áreas rurais, longe dos grandes centros onde o governo exerce mais eficazmente sua autoridade, faz da extorsão uma fonte de financiamento ideal para as organizações rebeldes. (ROSS, 2003, p. 18)

Considerando que os recursos naturais motivam ou financiam atividades violentas de diferentes grupos armados, verifica-se que com a queda acentuada da assistência estrangeira para muitos governos no pós Guerra Fria, muitos grupos beligerantes passaram a se mobilizar, buscando novas fontes de apoio para sustentar suas atividades militares e políticas. Le Billon considera que essa situação gerou uma nova economia política da guerra cuja abordagem é baseada na lógica da guerra em um contexto de Estado falidos, disparidades sócio-econômicas, políticas de identidade e marginalização. (LE BILLON, 2000, p. 1)

A combinação das várias estratégias de financiamento dos grupos armados, que contribui para a ocorrência e permanência do conflito, está inserida em um processo de transformação social onde, dentro de um contexto de globalização, a violência é um método funcional. De acordo como Clausewitz (1996, p. 8), a violência é o meio para se chegar à imposição de vontade sobre o inimigo. Assim sendo, a relação dos recursos naturais com a ocorrência do conflito possui foco em fatores atrativos (*pull factors*), como oportunidades econômicas e cobiças, assim como em fatores de impulso (*push factors*), como migração e ressentimentos. A funcionalidade da violência é tratada como o uso organizado da força já que a mesma é utilizada em larga escala e é dependente de atores individuais que mobilizam determinados segmentos da sociedade, bem como atores externos. (WENNMANN, 2007, p. 427-429)

2. O CONFLITO DE SERRA LEOA E A INFLUÊNCIA DOS RECURSOS NATURAIS

O Estado de Serra Leoa, situado na costa oeste africana, foi formado a partir do retorno da população local que foi levada escrava para América e Europa a partir de 1652. Em 1787, com a ajuda da Inglaterra, 400 escravos livres provenientes dos Estados Unidos – e outras regiões – retornaram a Serra Leoa e estabeleceram o que eles chamaram de “*Province of Freedom*” (Província da Liberdade). (UNITED STATES, 2001) Sob administração britânica, o território de Serra Leoa tornou-se um protetorado em 1896, servindo como residência para o governo britânico. A população indígena, que habitava a região, ao ganhar espaço no cenário político, elegeu, em 1953, Milton Margai, pertencente ao partido político *Sierra Leone People’s Party*, como ministro chefe e, cinco anos depois, como primeiro ministro de Serra Leoa. (UNITED KINGDOM, 2010) Em 27 de abril de 1961, Margai liderou o processo que levou o protetorado à independência.

A exploração de diamantes em Serra Leoa foi uma atividade importante desde a década de 1930 por ser um recurso natural extremamente caro e valioso, fazendo com que seu comércio resultasse em um substancial retorno financeiro. O governo deste país, em certo período, favoreceu a extração deste recurso, uma vez que concedia direitos de exploração de áreas ricas em diamantes a mineradores e permitia que concessionárias monopolizassem as principais áreas que continham este bem.

A abundância de minerais nesta região africana fez com que Serra Leoa baseasse sua economia no setor de mineração, particularmente na exploração de diamantes. (UNITED STATES, 2001) O processo de globalização, sem dúvida, tem influenciado sobremaneira a extração demasiada de recursos naturais, fator este, também responsável pelo conflito, pois, para manter elevados níveis de produção industrial, empresas internacionais buscam cada vez mais extrair recursos de áreas isoladas sem se importarem com o modo ou mesmo, com as circunstâncias em que essas extrações são feitas (SILBERFEIN, 2004, p. 213).

Os diamantes do tipo kimberlito são de difícil extração, pois esta atividade exige não somente técnica, mas também máquinas de grande porte. Diferentemente destes, existem os do tipo aluvial que são de fácil extração e se encontram principalmente nas regiões oeste e central do continente africano. Apesar da facilidade de acesso a este tipo de mineral, as condições de extração do mesmo são precárias, uma vez que a não regulamentação da atividade faz com que os garimpeiros se sujeitem a riscos de morte sem qualquer garantia de proteção. Soma-se a esta situação, o fato de haver muitos desempregados que, por causa desta condição, são facilmente manipulados por latifundiários que prometem provisão de comida e de equipamentos próprios do garimpo. (SILBERFEIN, 2004, p. 215)

Determinadas regiões de Serra Leoa, como Kono e Kenema, são abundantes em diamantes e são lugares nos quais as primeiras reservas deste recurso foram descobertas. Um sistema de tributação utilizado como meio de arrecadação de verbas foi instituído por chefes locais que faziam com que os garimpeiros cedessem o direito de prospecção da terra. Paralelamente a esta atividade, o governo procurava potenciais empresas que explorassem as áreas ricas em diamantes.

Nesse sentido, o governo colonial de Serra Leoa permitiu, em 1934, por meio de um acordo, a instalação de uma subsidiária – *Sierra Leone Selection Trust (SLST)* – pertencente a um grande grupo empresarial sul africano, chamado De Beers⁴. Este grupo

⁴Antes de um diamante deixar a joalheria, a pedra normalmente passa por cinco fases de processamento. Na primeira fase, a da mineração e de compra de pedras preciosas brutas, a De Beers possui um papel dominante. Detém cerca de 40% das minas de diamante e regula os preços mundiais com um grande depósito de diamantes não polidos. Esta reserva de ações é administrada pelo *Central Selling Organization (CSO)*, que compra cerca de 70 % das jóias advindas da atividade de mineração do mundo. Na segunda etapa, as pedras são classificadas por tamanho e qualidade em vários centros de diamantes, antes de serem vendidas para os fabricantes. Cerca de 80% dos diamantes brutos e 50% de pedras polidas passam por Antuérpia. Os outros principais centros de diamantes estão localizados em Londres, Lucerna, Nova York, Tel

instituiu seu próprio sistema de forças armadas. Neste período, o acirramento da competição de três grupos distintos - a SLST, os garimpeiros e os chefes locais - pelo controle das áreas ricas em diamantes fez com que crimes, incluindo o contrabando, tornassem-se comuns na região. A expansão acelerada do contrabando e do garimpo ilegal, em 1950, permitiu que a venda de diamantes fosse feita com divisas conversíveis e economicamente fortes na Libéria. (SILBERFEIN, 2004, p. 216)

Ainda nesta época, à medida que o governo colonial perdia o controle sobre a crítica situação do país, adotava medidas que visavam à redução da concessão da SLST e da permissão para garimpeiros trabalharem assim como a expulsão de garimpeiros estrangeiros que penetravam na região. Com a situação complicada em termos políticos, a De Beers realocou sua subsidiária na Monróvia. (SILBERFEIN, 2004, p. 217)

À medida que Serra Leoa caminhava em direção à sua independência nos anos 1960, a riqueza em diamantes tornava-se um problema político-econômico. A retirada da De Beers do território de Serra Leoa complicou ainda mais este quadro que se instalara, pois o comércio ilegal e o contrabando aumentaram, em detrimento do comércio legitimado pelo governo colonial. As taxas, que eram cobradas dos garimpeiros que contribuía para a elevação do tesouro nacional neste período, passaram a ser desviadas. “No final da década de 1980, o contrabando se tornou a regra. (SILBERFEIN, 2004, p. 217)

Durante os mais 10 anos de sua duração, o conflito ocasionou grandes prejuízos a toda população e danos ao meio ambiente, incluindo os recursos naturais do país. O conflito armado em Serra Leoa é caracterizado, não só, como um tipo de conflito cada vez mais comum no mundo pós Guerra Fria, ou seja, relacionado à extração de recursos facilmente capturados, mas também marcado pela insurgência de uma nova entidade, isto é, os senhores de guerra que são mantidos no poder por meio do controle de três elementos: (1) uma base de recursos, (2) uma ou mais rotas pelas quais os recursos podem ser movidos para fora de sua área de origem e (3) os pontos de troca onde os recursos podem ser trocados por armas e outros bens necessários ou serviços. (SILBERFEIN, 2004, p. 213)

Aviv, Joanesburgo, Mumbai e Dubai. Na terceira fase, as pedras são cortadas e polidas. A localização desta atividade tem evoluído ao longo do tempo refletindo mudanças nos custos relativos de trabalho e no clima favorável às empresas. Apenas pedras altamente valiosas são polidas em Nova York, quando a maioria das pedras de pequeno porte e baixo valor é polida em Bombaim e arredores. A fabricação da jóia é a quarta fase e marketing é o quinto. (WORLD BANK, 2001)

Alguns outros fatores também influenciaram o início do conflito:

1. A guerra sempre esteve associada à competição pelo controle de recursos, particularmente, diamantes. Associação esta que foi sendo reforçada ao longo do tempo;
2. O conflito pode está ligado ao colapso do Estado agravado pelo surgimento da criminalidade generalizada no Estado e entre atores não-estatais juntamente com a proliferação de armas de pequeno calibre; e
3. O conflito em Serra Leoa foi parte de um processo pelo qual as fronteiras regionais não impediram os fluxos de recursos e armas ou a circulação de pessoas envolvendo outros Estados.

Problemas sociais e naturais que já existiam antes do conflito se instituir agravaram-se consideravelmente por causa da fragilidade do governo e de sua incapacidade de gerenciamento da situação. O contrabando ilegal e a deficiente estrutura de comércio estabelecida pelo governo facilitaram a invasão do grupo rebelde denominado *Revolutionary United Front* e foram favoráveis ao grupo rebelde durante décadas, pois a riqueza que os diamantes proporcionavam à elite política que liderava a organização os mantinha no poder e, essa manutenção era estável. O período anterior ao início da guerra, isto é, os 30 anos após a independência de Serra Leoa, em 1961, foi caracterizado pela decadência social somada à violência que culminou no colapso do sistema de governo e das estruturas sociais. (SILBERFEIN, 2004, p. 217)

2.1. O INÍCIO DO “CONFLITO DOS DIAMANTES”

O conflito civil em Serra Leoa teve início com a invasão da Frente Unida Revolucionária (em inglês *Revolutionary United Front - RUF*), grupo rebelde liderado por Foday Sankoh, ex-soldado da Forças Armadas de Serra Leoa, proveniente da Libéria, em 23 de março de 1991. Durante os anos de sua duração, ou seja, um pouco mais que uma década, o conflito ocasionou grandes prejuízos a toda população e danos meio ambiente, incluindo os recursos naturais do país.

Foday Sankoh, movido pelo desejo de buscar riquezas no país, inicialmente, visava ocupar um lugar importante no governo, em Freetown, capital Serra Leonense. Para isso, buscou apoio de Charles Taylor, líder rebelde e ex-presidente da Libéria, que se propôs a treinar o grupo de Sankoh em seu próprio país e a fornecer armas para os jovens que

ingressavam no grupo⁵. O grupo liderado por Sankoh recrutava, em sua maioria, adultos jovens e até mesmo crianças e os forçavam a matar seus familiares e a cometerem atos de atrocidade. O fornecimento de armas e o treinamento militar em Serra Leoa eram motivos pelos quais Sankoh recompensava Taylor com a venda de diamantes⁶. Havia entre estes dois atores crenças comuns acerca do comércio ilegal e da extorsão de diamantes, fato este que definia suas identidades e deixava claro quais eram seus interesses. (SILBERFEIN, 2004, p.218)

O estado de guerra pelo qual passou Serra Leoa reflete uma situação geopolítica em que o país esteve inserido. Mais especificamente, as relações entre os países da África Ocidental são pontos imprescindíveis para o entendimento das guerras na região, principalmente as relações dos Estados que possuem fronteiras em comum, como é o caso de Serra Leoa, Libéria e Guiné⁷. Houve, portanto, uma lógica para a invasão acontecer pela fronteira com a Libéria, uma vez que uma das reivindicações dos rebeldes liberianos era a reanexação de uma zona da fronteira. Portanto, o apoio à RUF trazia a possibilidade de solução de mais uma questão pendente, por parte da Libéria. A RUF contava também com o apoio de soldados liberianos da Frente Nacional Patriótica da Libéria (em inglês: *National Patriotic Front of Liberia* - NPFL) e mercenários provenientes de Burkina Faso. (BINNINGSBO & DUPUY, 2008, p. 3)

Diferentemente de outros conflitos armados no continente africano, a guerra em Serra Leoa não se originou de questões éticas ou rivalidades religiosas. A raiz deste conflito encontra-se na gradual ausência do Estado em áreas rurais desde a independência em 1961 e também no colapso do sistema patrimonial de governo.⁸ Segundo Silberfein:

⁵ É identificada, neste caso, a hipótese sobre a abundância de recursos em uma região que pode levar a uma intervenção estrangeira, culminando no conflito civil.

⁶ O recebimento de apoio material ofertado por Charles Taylor, líder liberiano, por parte da RUF remete à hipótese referente ao direito de exploração de bens futuros que os rebeldes pretendem capturar. Isto evidencia que o líder da RUF negociou seu apoio financeiro em troca de direitos futuros sobre os diamantes.

⁷ A União do Rio Mano (em inglês: *Mano River Union* - MRU) inclui a Libéria, Guiné e Serra Leoa. As fronteiras entre os países da MRU sempre foi porosa. Grupos étnicos que penetravam as fronteiras se locomoviam livremente entre os países. Tanto o comércio legal quanto comércio o ilegal tinha seu lugar, especialmente por causa da presença do dólar americano no território da Libéria. (SILBERFEIN, 2004, p. 219)

⁸ Patrimonialismo é uma forma pessoal de governo onde a aquisição de bens econômicos e riquezas é a principal maneira de acesso ao Estado. A política patrimonial não trata de ideologia ou de bem-estar nacional, mas sim da distribuição dos recursos escassos do Estado para os clientes para desta forma, assegurarem sua lealdade ao líder e garantirem a sobrevivência política do líder (BINNINGSBO & DUPUY, 2008)

Servindo como plataforma de insurgência da RUF, o leste possuía a seguinte vantagem: era a parte do país mais rica em recursos, ou seja, a melhor área para o cultivo de valiosas culturas como cacau e café e também, local de maior concentração de diamantes aluviais (...). (SILBERFEIN, 2004, p. 220)

É importante ressaltar que, áreas fronteiriças são regiões em que, muitas vezes, a presença do Estado é mínima e até mesmo muito fraca, o que faz com que a população dessas regiões se sinta marginalizada e esquecida pelo governo. O surgimento de um sentimento anti-governo pode fazer com que as pessoas adotem posições políticas contrárias ao governo, em razão de sua marginalização, como é o caso da população residente na fronteira entre Libéria e Serra Leoa que, acabaram por optar por seguir a RUF. Aliada a este fato está a condição de impunidade com a qual a RUF ganhou espaço no país, uma vez que a população não estava armada e parte dela era simpática aos rebeldes. Estes, por sua vez, usaram a estratégia de ocupar aldeias e lutar contra chefes locais, além de recrutar indivíduos que haviam abandonado a escola, garimpeiros, itinerantes, entre outros. (SILBERFEIN, 2004, p. 215).

A situação caótica, instaurada com a ocupação das vilas, aterrorizava grande parte da população que se encontrava no campo e que, muitas vezes, era recrutada para complementar a milícia dos rebeldes. Existiam quatro etapas do processo pelos quais os novos membros recrutados passavam: (1) rituais de iniciação (práticas consolidadas das sociedades secretas de Serra Leoa); (2) recebimento de recompensas materiais (em sua maioria, bens saqueados das aldeias ocupadas); (3) treinamento; e (4) participação obrigatória nas ações designadas. (SILBERFEIN, 2004, p. 220)

Uma vez recrutadas, estas pessoas eram vistas com desconfiança pela população local, assim como não eram bem-vindas em suas aldeias, caso regressassem. Até mesmo soldados das Forças Armadas cooperavam com a RUF, o que fez com que eles ficassem conhecidos como soldados que de dia lutavam a favor do governo e, de noite, a favor dos rebeldes (*Rebel Soldiers - Sobels*). O contato estabelecido com a Libéria fazia com que os rebeldes tivessem uma fonte segura de suprimento de armas e combatentes e, desta forma, nenhuma área do país estava livre do conflito. As áreas mais ricas em diamante, tal como Kono foram, também, saqueadas pela RUF. (SILBERFEIN, 2004, p. 221)

A ameaça constante do grupo formado por ex-soldados que abandonavam o exército, conhecidos como Kamajors – e que depois ficou conhecido como Forças de Defesa Civil (em inglês: *Civil Defense Forces – CDF*) assim como a expansão de grupos

armados que em princípio foram criados para fornecer informações acerca das infiltrações da RUF ao exército de Serra Leoa, organizavam-se em forma de sociedades secretas e colaboraram para o aumento do perigo e do sentimento de insegurança por parte da população. (SILBERFEIN, 2004, p. 224)

2.1.1. A busca pela paz

Ao final de 1991, a RUF estava no controle de inúmeras regiões ricas em diamantes do sul e do leste de Serra Leoa. Para chegar a esta situação o grupo rebelde derrotou sem grandes dificuldades o exército nacional que o presidente Joseph Momoh, em exercício antes da guerra, havia desarmado. Esta situação agravou-se ainda mais quando em 1992 os soldados do exército do Estado se revoltaram, tendo em vista as condições precárias que enfrentavam no conflito armado e a deposição do presidente Momoh por um golpe que instituiu o Conselho Nacional Dirigente Interino (em inglês: *National Provisional Ruling Council - NPRC*) como novo governo. (BINNINGSBO & DUPUY, 2008, p. 5)

No ápice da crítica situação que a questão da segurança atingiu, o governo de Serra Leoa contratou a empresa sul-africana de segurança privada, *Executive Outcomes*, para lutar contra a RUF em troca de concessões de minas de diamantes. Mediante tal proposta, a referida empresa se mostrou muito mais eficiente que o exército de Serra Leoa, permitindo, desta forma, que o governo readquirisse áreas ricas em diamante. A efetiva tentativa de consolidação do governo aconteceu quando o NPRC perdeu controle sobre algumas regiões fora de Freetown e um novo golpe militar retirou o líder do NPRC do poder. (BINNINGSBO & DUPUY, 2008, p. 5)

O ano de 1996 foi marcado por uma série de fatores que incitaram certo sentimento de otimismo por parte da população. A não participação da RUF nas eleições ocorridas no referido ano permitiu a vitória de Ahmed Tejan Kabbah do Partido Popular de Serra Leoa (em inglês *Sierra Leone People's Party - SLPP*). Diante deste fato, não havia mais necessidade da presença da empresa *Executive Outcomes* em território nacional. O presidente eleito criou forças de defesa civil pró-governo.

Ainda neste ano, no mês de fevereiro, o governo de Serra Leoa encontrou-se com os líderes da RUF. Esse encontro originou um tratado de cessar fogo no mês de março e, oito meses depois, com a continuidade das negociações, um tratado de paz foi assinado. Muitas organizações não-governamentais (ONGs) comprometidas com o desenvolvimento

se instalaram no país. Contudo, a subida do Partido Popular de Serra Leoa ao poder trouxe indícios de que o antigo sistema patrimonial, que trouxera prejuízos significativos ao país, poderia voltar a vigorar. (SILBERFEIN, 2004, p. 224)

Em 1997, os sentimentos de exclusão que envolveram os militares e a rivalidade com a CDF fizeram com que a curta experiência com a democracia fosse interrompida por um golpe militar que forçou a fuga do presidente Kabbah para Guiné⁹. A nova junta dirigente ficou conhecida como Conselho Revolucionário das Forças Armadas (em inglês: *Armed Forces Revolutionary Council - AFRC*). A RUF foi convocada a se juntar ao novo governo que se instituiu naquele momento e recebeu significativo apoio por meio do comércio de diamantes que eram trocados por armas. (SILBERFEIN, 2004, p.224) Alguns outros países, tais como Burkina Faso e Gambia, também participavam, como intermediários, da rede de contrabando. As armas, em sua maioria, eram provenientes da Rússia, Ucrânia, Eslováquia e Bulgária. Muitos esforços por parte de ONGs e da Organização das Nações Unidas (ONU) voltaram-se em favor da paralisação deste comércio ilegal. (SILBERFEIN, 2004, p. 224)

O golpe militar teve continuidade com a junção da RUF com o exército de Serra Leoa que ficou conhecida com *Junta*. Durante o comando da AFRC, que durou menos de um ano, a economia encolheu drasticamente, boa parte da população fugiu para outros países e a competição pelas áreas ricas em diamantes continuou intensa. Esta situação caótica era, todavia, resultado de um boicote iniciado pela AFRC à Comunidade Econômica do Oeste Africano (em inglês: *Economic Community of West African States - ECOWAS*), e seu braço militar, Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (em inglês: *Economic Community of West African States Monitorig Group – ECOMOG*). Apesar disto, a ECOWAS iniciou a retaliação, atacando o AFRC.

Ainda em 1997, sob grande pressão da comunidade internacional, um acordo que assegurava a volta do governo eleito foi assinado pela RUF em outubro, porém, sem grande sucesso, pois em fevereiro do ano seguinte, um novo golpe por parte da CDF e da ECOMOG desestabilizou o progresso do tratado. Deste modo, em março de 1998, a luta tornou-se acirrada, principalmente em Kailahun e Kono, regiões abundantes em diamantes.

⁹ O golpe militar de 1997 em Serra Leoa liderou o processo de embargo sobre importações de armas em 1998, que precedeu o embargo sobre exportações de diamantes em julho de 2000, bem como o estabelecimento de um comitê de sanções.

Uma das preocupações principais do governo Kabbah era referente ao espaço nacional que estava sob seu controle, apesar da perspectiva otimista de que 70% a 90% do território nacional estariam sob poder do governo. Contudo, paralelo ao otimismo do governo, a RUF reprogramava suas ações de ataque, efetuava a retirada dos soldados dos centros urbanos e se preparava para retomar as atrocidades tão logo seus contatos com a Libéria fossem restabelecidos. (SILBERFEIN, 2004, p.225)

Em dezembro de 1998, assim que anunciado que as áreas rurais estavam seguras, a RUF deu início aos assaltos repentinos, fazendo com que os rastros de destruição ficassem marcados em toda metade norte de Serra Leoa e chegando a Freetown em janeiro de 1999. Por fim, a ECOMOG impediu então que houvesse avanço da RUF e fizeram-na deixar a cidade. Contudo, havia a certeza de que o Conselho Revolucionário das Forças Armadas (AFRC), restabelecido no governo Kabbah, não tinha se levantado com o propósito de derrotar a RUF, assim como a ECOMOG não tinha capacidade para derrotar a RUF. (SILBERFEIN, 2004, p. 226)

2.1.2. O Acordo de Lomé (1999)

No dia 10 de março de 1998, o governo de Kabbah foi restabelecido, apesar dos combates e retaliações contra a ECOMOG continuarem. Em janeiro do ano seguinte, a RUF iniciou uma ação em Freetown para recuperar seu poder na região, a qual denominou *No Living Thing*. Houve, porém, uma intervenção exitosa da ECOMOG, aliada às forças dos Kamajors que repeliu o ataque da RUF. (BINNINGSB0 & DUPUY, 2008 p. 8).

Finalmente, em 24 de maio de 1999, dando início a novas negociações de paz em Lomé, capital de Togo, a RUF entrou em acordo com o governo de Freetown e anunciou um cessar-fogo, oficializando o Acordo de Lomé no mês de julho. O acordo de paz previa desarmamento e anistia aos combatentes bem como a manutenção da paz e a unidade do governo com a inclusão de Foday Sankoh no controle dos recursos naturais e sua indicação para o cargo de vice-presidente. (SILBERFEIN, 2004, p. 227) Para muitos da comunidade internacional, a participação da RUF no governo era ilegal, pois, demonstrava não possuir motivação para dividir o poder com o governo.

A fragmentação de Serra Leoa era evidente, uma vez que as agências governamentais bem como organizações não-governamentais (ONGs) não tinham acesso a áreas de dominação da RUF. Decidiu-se então pela implementação, nas áreas de controle

do governo, de um contingente de paz das Nações Unidas em Serra Leoa, UNAMSIL (em inglês: *United Nations Mission in Sierra Leone*). (SILBERFEIN, 2004, p. 227) A Missão das Nações Unidas em Serra Leoa contribuiria militar e civilmente para segurança da população no país. (SECURITY COUNCIL, 2009) conforme afirma o Conselho de Segurança da ONU:

A questão da segurança em Serra Leoa deveria ser responsabilidade exclusiva da UNAMSIL (...). Era importante que a UNAMSIL permanecesse neutra, usando a força somente quando provocada. Uma vez a UNAMSIL foi implantada, todos os grupos armados, incluindo o exército, deveriam ser desarmados e desmobilizados. Paralelamente, ex-combatentes deveriam estar aptos para submeterem-se ao novo exército de Serra Leoa. (SECURITY COUNCIL, 2000, p. 1).

Grande parte dos soldados do contingente de paz da ONU era nigeriana. Contudo, havia certa desconfiança de que alguns deles haviam se aliado à RUF para usufruir dos benefícios do contrabando ilegal de diamantes. Aos poucos, as forças de paz da ONU foram expandindo seus locais de ocupação, chegando, até mesmo nos lugares antes controlados pelo grupo rebelde. As tentativas de trabalho em conjunto com a RUF foi um processo árduo, pois, não existia total cooperação por parte da RUF. (SILBERFEIN, 2004, p. 227) Os rebeldes roubavam armas e equipamentos de guerra, fazendo com que a ajuda humanitária, incluindo o fornecimento de alimento à população, fosse interrompida. Em maio de 2000, quando a ECOMOG estava prestes a estabelecer um de seus últimos postos na região de Kono, a RUF impediu a entrada de novos soldados integrantes da comissão de paz da ONU, vindos de Zâmbia, no país, paralisando o processo de manutenção da paz. (SILBERFEIN, 2004, p. 227)

A ONU não poupou esforços para que as missões de paz progredissem e eliminassem as possibilidades de derrota, aliando suas forças às tropas britânicas. Foday Sankoh foi finalmente capturado e Taylor, denunciado por ser cúmplice e apoiar todas as ações da RUF. Em julho de 2000, Conselho de Segurança votou a favor da proibição de comércio ilegal direto ou indireto do diamante bruto originário de Serra Leoa:

Expressando a sua preocupação com o papel desempenhado pelo comércio ilegal de diamantes que alimentaram o conflito em Serra Leoa, e os relatórios do trânsito de diamantes com países vizinhos, incluindo a Libéria, o Conselho convidou os Estados a tomar as medidas necessárias para proibir a importação direta de todos os diamantes em bruto da Serra Leoa para seu território. (SECURITY COUNCIL PRESS RELEASE, 2000, p. 1)

Dentro desta conjuntura, o país passou a expedir certificados de origem de seu território, conforme exigência do Conselho de Segurança que determinou que o comércio de diamantes fosse feito somente mediante tal documento e com o apoio de outras organizações de auxílio ao governo. Em 16 de janeiro de 2002 foi estabelecida e Corte Especial por meio da assinatura de um Acordo entre a ONU e o governo de Serra Leoa para julgar as pessoas responsáveis por violações graves do direito internacional humanitário e do direito de Serra Leoa, cometidas no território de Serra Leoa desde 30 de novembro de 1996. (SERRA LEOA, 1996)

No dia 18 de janeiro do ano de 2002, o presidente Kabbah declarou o fim da guerra. Eleições presidenciais e parlamentares foram convocadas em maio e Kabbah foi reeleito. O partido político da RUF (em inglês: *Revolutionary United Front Party - RUFP*) não ganhou sequer um assento no parlamento. Uma paz de caráter frágil foi então estabelecida. (BINNINGSBO & DUPUY, 2008, p. 7)

2.2. CONCENTRAÇÃO DE ESFORÇOS PARA A RECONSTRUÇÃO E ESTABELECIMENTO DA PAZ

Considerando o processo de reconstrução do Estado de Serra Leoa, pode-se dizer que houve considerável cautela mediante o desafio de fazer com que a RUF não voltasse a agir de forma hostil em relação à população e à autoridade estatal ao mesmo tempo em que o governo tentava retomar eficazmente o controle para que o país usufrísse de ganhos políticos e econômicos. Era necessário mostrar a força da ONU e do governo e ao mesmo tempo cultivar o diálogo com a RUF. Ou seja, não era preciso negociar, mas encontrar um caminho acreditável para a desmobilização e cooperação do grupo a fim de chegarem a uma solução pacífica. (SECURITY COUNCIL, 2000)

Para dar início a este processo de transição para a paz, foram articuladas reuniões entre o governo, a RUF e a ONU para definição das regiões em que haveria desmobilização de tropas e nas quais o processo de desarmamento se iniciaria. Buscou-se desarmar, simultaneamente, uma área dominada pelo governo e outra dominada pela RUF. Para que isto ocorresse efetivamente foram criados centros de treinamentos para combatentes civis desarmados. O processo de desmobilização e desarmamento em Serra Leoa foi extremamente árduo, tendo em vista que, em algumas regiões, a RUF pretendia

estocar arsenais de pedras valiosas por um período de tempo indeterminando. (SILBERFEIN, 2004, p. 229)

A construção de uma relação de confiança da população para com o governo a fim de assegurar a autoridade deste para com a população, ocorreu por meio da implementação de batalhões de polícia, inclusive para a população das regiões que estavam sendo desarmadas. Foi estabelecida uma comissão que definia quais províncias eram seguras para o regresso dos refugiados aos seus lares. Havia, contudo, falta de recursos, fato este que impedia o fornecimento de ferramentas de trabalho para os que estavam regressando. Deste modo, os regressos enfrentavam muitos problemas frente à escassez de insumos e à falta de serviços, reagindo, muitas vezes, de forma negativa no que se referia a permanecer nos assentamentos. Os deslocados preferiam voltar para os campos de refúgio, ou mesmo, para as cidades nas quais não havia abastecimento de comida nem mesmo infra-estrutura adequada. (SILBERFEIN, 2004, p. 229)

Embora houvesse muitos obstáculos a serem superados, até o final de fevereiro de 2002, a maioria dos distritos de Serra Leoa foi declarada segura para que novos assentamentos fossem erguidos, com exceção de 11 dos 13 comandos da RUF que se encontravam próximos à fronteira com a Libéria, ou seja, nas áreas mais afetadas pelas invasões da RUF. (SILBERFEIN, 2004, p. 229) O governo insistiu na imposição de sua autoridade na região fronteira, enviando tropas de seu exército para as áreas mais vulneráveis e fazendo com que o movimento ilegal de diamantes, paralelo ao movimento de armas, fosse bloqueado. O governo tentou, assim, restabelecer sua autoridade no mesmo período em que se esperava pelas eleições, previstas para maio de 2002. Não se podia, naquele momento, deixar de se preocupar com a RUF, que poderia atacar a qualquer momento, pois havia rumores de que a liderança deste grupo estaria trocando diamantes por suprimentos e comida assim como registrando pessoas abaixo da idade permitida, para votarem na eleição.

Mesmo com a tentativa de persuadir os eleitores, o partido da RUF perdeu as eleições uma vez que foi acusado de desviar dinheiro para sanar despesas pessoais dos próprios membros e por causa da falta de confiança da população, em razão das atrocidades cometidas pelo grupo. (SILBERFEIN, 2004, p. 231) Apesar disso, não se pode deixar de cogitar a possibilidade da ocorrência de fraude, uma vez que o objetivo da RUF sempre foi estabelecer e consolidar seu controle sobre o território de Serra Leoa.

Kabbah foi confirmado como novo presidente, eleito com 70% dos votos. Apesar do progresso da reconstrução política, Serra Leoa enfrentava dificuldades na economia. O país angariou alguns empréstimos e dívidas foram perdoadas, mas tais medidas não foram suficientes para alavancar a frágil economia de Serra Leoa. O governo idealizava aliar investimentos de infra-estrutura e melhorias no setor de agronegócios, bem como no setor manufatureiro para geração de empregos. O governo também buscava “estabelecer e manter um país livre, democrático e independente que fosse política e economicamente estável e sustentável”. (SECURITY COUNCIL, 2000)

Grande parte dos empregos era vinculada a ONGs e à ONU, fator este que, de certa forma, contava como ponto negativo, pois, se enquadravam como serviços temporários. No período de maio de 2001 a abril de 2002, a economia do país cresceu 10% e os preços baixaram significativamente. Este quadro foi resultado da injeção de dinheiro na economia, ocasionada pela ajuda financeira de outros países. (SILBERFEIN, 2004, p. 231)

Uma das questões chave para se entender o processo de construção da paz em um país que enfrentou uma guerra civil é qual destino terão os ex-combatentes que entregam suas armas. No caso de Serra Leoa, contabiliza-se 45.000 ex-combatentes, dos quais grande parte vive nas periferias da cidade, sem expectativas de encontrar emprego fixo e receosos de sofrerem retaliações. Idealmente, deveria haver algum tipo de programa que contribuísse para re-socialização destas pessoas, contudo, o Estado de Serra Leoa não dispunha de recursos financeiros para tal investimento. Alguns programas desenvolvidos pelo governo para sanar o problema do desemprego ensinavam jovens a desenvolver habilidades de carpinteiro, alfaiate e os direcionavam para a área de construção civil (construção de estradas, abastecimento de água etc.). Porém, a demanda para esses serviços era limitada. (SILBERFEIN, 2004, p. 231)

Questiona-se, ainda, se os recursos naturais, responsáveis em grande parte, pelos mais de dez anos de conflito em Serra Leoa, poderiam servir como fonte para reconstrução do país, posto que as expectativas em relação ao potencial do diamante eram enormes. Observa-se que a resposta para tal questionamento é positiva, entretanto, as evidências mostraram o oposto, já que o programa do governo para certificação de diamantes se mostrou ineficaz para impedir o contrabando. Para isto, contribuiu também o fato de os recursos estarem extremamente dispersos pelo território, dificultando, assim, o controle.

Ainda que as atenções estivessem voltadas para a reorganização do país no âmbito da política e da economia. Outro desafio que também surgia neste novo cenário referia-se às condições de trabalho dos garimpeiros que trabalhavam sob condições insalubres e que continuavam a escavar solos em busca de diamantes. Muitos deles, embora registrados e orientados a não escavar em regiões próximas às vilas urbanas, insistiam em fazê-lo já que o limite entre as áreas permitidas e as áreas restritas era irregular. Uma das alternativas consistia em realocar estes trabalhadores em atividades alternativas à escavação de diamantes. (SILBERFEIN, 2004, p. 233)

Essa alternativa era baseada no modelo recomendado pelo Banco Mundial¹⁰, (WORLD BANK, 2001) e compunha um pacote de metas no qual o governo de Serra Leoa queria basear o processo de regularização de extração de diamantes. Contudo, a falta de comprometimento com a transparência do processo fez com que as ações governamentais não tivessem o sucesso almejado, resultando em décadas de comércio ilegal de diamantes, fato este que implicava o desvio das receitas para outras regiões que não os cofres das regiões produtoras de diamantes.

Restam, ainda, alguns pontos acerca do conflito que devem ser levados em consideração para manutenção da paz naquele país. De acordo com Silberfein:

Em abril de 2002 os Indicadores de Projetos de Política Externa do País (The Country Indicators for Foreign Policy Projecrs - CIFP) emitiram um relatório de avaliação acerca do risco de conflitos na região da União Rio Mano e nos estados de Senegâmbia. Baseado em avaliação de nove questões relevantes para um potencial conflito e, utilizando uma escala de 0 (risco baixo) a 12 (risco alto), o projeto identificou Serra Leoa como tendo o maior risco de conflito com um indicador de 7.2 e uma pontuação de 9.6 para o risco de instabilidade econômica. (SILBERFEIN; 2004 p. 235)

Os fatores negativos que fizeram parte do processo de análise do CIFP foram focados de forma a especificar o que realmente influenciaria o futuro de Serra Leoa e incluíam: o crescimento negativo do PIB por muitos anos e o conflito civil praticamente ininterrupto por 10 anos. Já entre os fatores positivos, constatou-se a não degradação do meio ambiente e o reassentamento da população deslocada. Pode-se dizer que foi traçado

¹⁰Esta alternativa que o autor apresenta é baseada no modelo recomendado pelo Banco Mundial e que foi aplicado aos garimpeiros do Peru: mapear cuidadosamente as áreas nas quais existem minerais, seguido pela alocação de locais específicos, provisão de pequenos empréstimos para compra de equipamentos e, por último, treinamento para melhora das técnicas de extração. O uso de bombas de motor ou escavadores permitiria que os garimpeiros pudessem cavar valas mais profundas onde encontrariam mais diamantes e prejudicariam uma área menor.

um perfil do pior e do melhor cenário que poderia surgir em Serra Leoa, apesar da fragilidade do país. Esta fragilidade era consequência do tráfico de diamantes que ainda persistia, apesar dos esforços do governo de proibir tal ato e que projetava uma reconstrução sócio-econômica gradual.

Posta tal conjuntura, é preciso lembrar que Charles Taylor continuava a ser uma ameaça ao processo de instauração da paz em Serra Leoa, uma vez que o liberiano ainda alimentava o desejo de ampliar o território de seu país. Para a Comissão das Nações Unidas enviada a Serra Leoa em outubro de 2000, não havia dúvidas sobre as intenções de Taylor: “(...) não havia dúvidas de que o presidente Taylor exercia forte influência, mesmo não tendo controle direto sobre a RUF. (...) o principal objetivo da RUF era manter controle sobre as áreas produtoras de diamantes”. (SECURITY COUNCIL, 2000) Os recursos que permitiam seu acesso a Guiné e a Burkina Faso, isto é, os diamantes, continuaram custeando sua ambição, mesmo com a acessibilidade reduzida de Taylor a este recurso.

O Relatório da Global Witness (2003) a respeito da avaliação da situação de Serra Leoa observou a potencial influência de Charles Taylor no território do país. O apoio do guerrilheiro aos membros da RUF e da ex-Junta facilitava o acesso destes às armas e fazia com que a fronteira com a Libéria continuasse porosa, isto é, sem um controle efetivo sobre a circulação de pessoas e bens. Outro fator que contribuía para agravar este quadro era a presença de refugiados no território de Serra Leoa, pois havia grande possibilidade de desestabilização social. Ademais, o movimento que lutava pela democracia da Libéria, ou seja, o grupo rebelde denominado *Liberians United for Reconciliation and Democracy - LURD*, expandia cada vez mais sua influência, chegando a controlar quase metade do território liberiano. (SILBERFEIN, 2004, p. 236)

As forças rebeldes da RUF e da LURD expandiram suas ameaças ao longo do território de dois países por meio de negociações terroristas e criminais apoiadas por entidades governamentais dispostas a romper com as sanções e, desta forma, buscar objetivos geopolíticos e econômicos próprios. Em Serra Leoa e nos países vizinhos, as fronteiras tornaram-se canais para infiltração de criminosos e para troca ilegal de armas. Nessas áreas, a população civil foi deslocada para dar lugar aos grupos terroristas. Esse tipo de situação é o que torna difícil a eliminação da insegurança e da violência nessas regiões.

Mediante tal situação, em 5 de setembro de 2002, o então secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, recomendou o adiamento da retirada das tropas militares da UNAMSIL no território de Serra Leoa por mais seis meses, tendo em vista que a redução, de forma gradual da missão ficou prevista para o ano de 2004. (GLOBAL SECURITY, 2010). A solicitação pela prorrogação do prazo de permanência da UNAMSIL se deu por parte do presidente Kabbah, tendo em vista a crescente ameaça que a Libéria fazia à paz em Serra Leoa.

Em 2005, as tropas da UNAMSIL retiraram-se de Serra Leoa e transferiram as responsabilidades não relacionadas à pacificação para outro seguimento das Nações Unidas, responsável pela reconstrução do país, a UNIOSIL (*United Nations Integrated Office in Sierra Leone*), cujo mandato previsto para terminar em 2005 (UNITED STATES, 2009) foi prorrogado por duas vezes. A primeira prorrogação previu o mandato do órgão até 31 de dezembro de 2007 (SECURITY COUNCIL, 2006) A segunda previu o mandato até dia 31 de setembro de 2008, conforme a declaração da ONU:

Congratula-se o relatório do Secretário-Geral datado de 4 de dezembro e a recomendação que o mandato da UNIOSIL seja estendido por mais nove meses, até 30 de setembro de 2008 tendo em vista a continuação da assistência de reconstrução do Governo de Serra Leoa e a preparação do local para as eleições de junho de 2008. (SECURITY COUNCIL, 2007).

Em 2009, a situação política em Serra Leoa esteve calma, sem incidências de violência política. A questão da impunidade foi combatida de forma significativa por meio da justiça militar cuja restauração implicou no restabelecimento das Forças Armadas. A Comissão Anti - Corrupção também fez progresso. O relatório apresentado pelo presidente Koroma destaca os progressos e desafios assim como também recomenda o fortalecimento da Comissão. Usando como estratégia o trabalho conjunto com as agências governamentais, a Comissão teve como objetivo rever seus procedimentos internos para, desta forma, reduzir a corrupção. (SECURITY COUNCIL, 2009)

O governo também direcionou parte de seus esforços para combater o problema do desemprego. Iniciativas para estimular o desenvolvimento de habilidades diversas e o financiamento dos estudos da população jovem foram ações tomadas por parte do governo:

Crucial para a sustentabilidade do processo é o apoio constante dos parceiros internacionais de desenvolvimento de Serra Leoa. Internamente, a intolerância e a violência política terão de ser tratada como uma questão de prioridade, especialmente porque os partidos

políticos se preparar para as eleições de 2012. (SECURITY COUNCIL, 2009, p. 5)

Ainda há muito a ser feito em Serra Leoa, política e socialmente. O apoio da comunidade internacional bem como os esforços governamentais precisam ser mantidos para que a estabilidade e a sustentabilidade da paz levem o país ao pleno desenvolvimento de suas instituições e de sua população.

2.3. O CONFLITO DOS DIAMANTES E OS FATORES QUE INFLUENCIARAM SEU INÍCIO: ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ROSS

Analisando-se o conflito em Serra Leoa a partir das quatro principais razões apresentadas por Ross (2003) cuja abordagem relaciona os recursos naturais com o aumento da probabilidade de ocorrência do conflito civil - (1) há prejuízos à performance econômica; (2) enfraquecimento do governo; (3) incentivo à população que vive em uma região rica em recursos naturais para formação de um Estado separado e (4) financiamento a grupos rebeldes - tem-se a seguinte análise:

2.3.1. Prejuízos à performance econômica

Durante 30 anos (1930-1960), Serra Leoa teve como base de sua economia a produção de minério de ferro, ouro, bauxita, óxido de titânio, além de diamantes¹¹. (ROSS, 2003, p.11) A presença de empresas estrangeiras e estatais que exploravam estes bens garantia a receita do Estado. Porém, na década de 70 o minério de ferro e os diamantes existentes na região foram se exaurindo e a extração ilegal de diamantes tornou-se a principal fonte de riqueza do país. Ross sugere que:

Mesmo antes da eclosão da guerra civil, em 1991, a crescente dependência de Serra Leoa em diamantes aluviais estava causando problemas para o governo: ao invés de gerar receitas, os campos de diamantes estavam gerando níveis extraordinários de corrupção. Em 1988 as exportações de diamantes oficiais foram de US\$ 22.000, enquanto as exportações ilícitas de diamantes valiam talvez US \$ 250 milhões. (ROSS, 2003, p. 12)

Soma-se a esta situação o fato de a crise econômica, nos anos 80 causada pelos altos preços do petróleo, acarretar muitos prejuízos às políticas adotadas pelo governo. “De 1975 a 1990 as receitas do governo caíram de 14,5 para 3,9 por cento do PIB”. (ROSS,

¹¹ Serra Leoa possui diamantes do tipo kimberlito, que são localizados em locais profundos da superfície e só podem ser extraídos com a utilização de maquinário pesado, e diamante do tipo aluvial, que estão espalhados em solo de planícies aluviais e podem ser extraídos por trabalhadores não qualificados, com pouca formação para o uso dos equipamentos.

2003, p. 12) De forma conjunta, esta situação possibilitou o desgaste tanto da imagem do governo quanto de suas políticas e influências, principalmente referentes às áreas ricas em diamantes.

2.3.2. Enfraquecimento do governo

O enfraquecimento do Estado de Serra Leoa se deu a partir do pouco controle e influência que o governo exercia sobre a vasta área rica em minerais aluviais, dentre eles o diamante e que facilitou a ocorrência da guerra civil que eclodiu no país. O início do contrabando e da conseqüente guerra fez com que o governo de Serra Leoa encontrasse dificuldades para exercer sua autoridade em áreas abundantes não só em diamantes, mas em outros recursos naturais, pois havia nestas áreas, mineradores ilegais, redes de gangues e exércitos paramilitares que vendiam proteção aos comerciantes contrabandistas. A crise econômica pela qual passou o país nos anos 1980 contribuiu para a deterioração da influência do governo em áreas ricas em diamantes, uma vez que a receita do governo diminuiu drasticamente¹². (ROSS, 2003, p. 12)

Outro fator a se considerar é o tema da irresponsabilidade que aflige o governo de Serra Leoa. A perspectiva da irresponsabilidade é baseada no caráter pouco democrático que os países que usufruem de receitas advindas dos recursos naturais possuem se comparados com países que dependem de outras fontes de receita como a arrecadação de tributos. A má aplicação desta receita no uso de políticas de contenção das demandas populacionais, como a cobrança de investimentos públicos, por exemplo, ou mesmo a formação de grupos sociais que demandem direitos políticos faz com que tal atividade irresponsável se enraíze por muito tempo nos centros estatais tomadores de decisões.

Isto se dá porque o montante financeiro oriundo de recursos naturais é considerado um montante extra na renda governamental. Além disto, a indústria extrativista pode estimular a formação de forças armadas por meio do controle militar destes tipos de indústrias. Desta forma, o dinheiro proveniente das extrações não passa por um sistema de controle do governo fazendo com que o setor militar torne-se, de certa forma, independente do governo quanto as suas atividades. (ROSS, 2003, p. 13-14)

O caráter menos democrático adquirido por alguns Estados torna mais provável a ocorrência de um conflito violento em seus territórios, uma vez que se tornam menos

¹² De 1975 a 1990 as receitas do governo caíram de 14,5% para 3,9% do PIB. (ROSS, 2003, p. 12)

capazes de solucionar as demandas apresentadas pelos seus cidadãos. (ROSS, 2003, p. 14) A partir daí, pode-se afirmar que os efeitos da dependência de recursos na economia e nos governos são devastadores principalmente em governos instáveis que são incapazes de gerir bem suas economias e mitigarem o subdesenvolvimento. Muitos países como a Argélia, Libéria, República Democrática do Congo e Serra Leoa enfrentem este problema que se tornou uma armadilha. (ROSS, 2003, p. 15)

2.3.3. Incentivos para formação de um Estado independente

A abundância de recursos naturais em determinada região pode incentivar, por motivos econômicos à população local a querer formar um Estado separado. Muitos elementos contribuem para esta situação. Um destes elementos pode ser o fato de, antes do recurso ser explorado, a população destas regiões ter uma distinção étnica, lingüística ou religiosa que os separam do restante da população. Outra situação que pode ocorrer para que iniciativas separatistas surjam é o convívio destas pessoas com as conseqüências da exploração: degradação ambiental, questões relacionadas ao trabalho, entre outras. Ou seja, a população local é quem arca com os custos da exploração. Há, também, a crença de que, muitas vezes, governo se apropria injustamente do recurso que pertence à população o que os faz pensar que poderiam ser ricos se fosse um Estado separado. (ROSS, 2004, p. 15)

2.3.4. Financiamento de Grupos Rebeldes

Um grupo rebelde, para se sustentar, e continuar influenciando pessoas e grupos da sociedade civil precisam de uma fonte de renda fixa. A escolha de explorar os recursos naturais é baseada na expectativa de obter renda extra por meio destes bens, assim como também, pela imobilidade a que está sujeita a produção. As áreas rurais, afastadas dos centros das grandes cidades, tornam-se mais suscetíveis às investidas destas organizações, já que se localizam em áreas de pouca influência e controle governamental. As razões para explicar tal situação baseiam-se em três pilares principais: pilhagem e venda direta de recursos, venda de recursos futuros e, por último, extorsão e seqüestro. (ROSS, 2003, p. 17-18)

O primeiro pilar, isto é, a pilhagem e venda direta de recursos, é o primeiro fundamento da explicação de como ocorreu o financiamento da RUF em Serra Leoa, considerando-se que a extração deste bem não exige técnicas ou grandes investimentos. O lucro obtido pela RUF atingiu, em um ano, quantias entre U\$ 25 milhões e U\$ 125

milhões. (ROSS, 2003, p. 20) O segundo pilar – o direito de exploração de recursos naturais futuros – é o segundo fundamento que explica como a RUF se sustentou durante todos os anos do conflito civil, pois embora tenha ocorrido a venda de recursos que os rebeldes já haviam tomado posse, a venda do direito de explorar os bens que ainda não estavam sob poder dos vendedores e que estes esperavam obter em batalhas próximas, somaram-se à renda alcançada por meio da atividade classificada como primeiro pilar. Este tipo de “mercado” é classificado como informal, descentralizado e que possui poucos atores envolvidos. Considerando a existência das características deste mercado, tem-se que:

O mercado de direitos sobre bens futuros saqueados pode ajudar a resolver os problemas de financiamento que os movimentos rebeldes muitas vezes enfrentam. Se um grupo rebelde não tem dinheiro, mas representa uma chance de captar recursos valiosos no combate, ele pode vender o direito de explorar os recursos que espera captar, seja para uma empresa estrangeira ou para o governo vizinho. Os rebeldes podem usar esse dinheiro para pagar os soldados e comprar armas, ganhando assim a capacidade de captar os recursos prometidos. (ROSS, 2003, p. 22).

A venda destes direitos futuros, principalmente sobre diamantes, é avaliada como sendo a menos segura para os próprios combatentes. A manifestação de sua frágil posição fica evidente, uma vez que este não possui, ainda, o recurso que espera explorar. Este mecanismo contribui para a insurgência de organizações rebeldes consideravelmente fracas, que não conseguiriam obter controle sobre determinado território e que se renderiam sem grandes dificuldades. Outro risco surge quando os rebeldes não conseguem vender o direito de exploração e, conseqüentemente, não conseguem arrecadar fundos para captar o recurso. (ROSS, 2003, p. 22)

Muito possivelmente a inexistência de mercados de bem futuros faria cessar ou diminuiria a ocorrência de conflitos internos. O prolongamento de conflitos já existentes também está coligado com a existência deste tipo de mercado¹³. Isto é verificado no conflito de Serra Leoa quando o governo do país passou a vender direitos sobre as áreas de minérios de diamantes, até então sob domínio da RUF, para uma empresa mineradora sul africana, Brench Energy. Como recompensa, uma empresa mercenária chamada Executive

¹³ O mercado de direitos sobre bens futuros não só pode ajudar a iniciar conflitos, como também prolongar conflitos preexistentes. Se um dos lados, em uma guerra civil, está perto da derrota e está lutando pelo controle do território rico em recursos naturais, poderá tentar vender o direito de explorar o recurso que pretende capturar no campo de batalha.

Outcomes, que trabalhava conjuntamente com a Brench Energy, prestou serviços ao governo. (ROSS, 2003, p. 23-24)

As ameaças de um grupo de oficiais militares que afligiram o governo, em 1997, do então presidente Ahmad Tejan Kabbah e o levou ao exílio fizeram-no comercializar a venda futura de diamantes a banqueiros estrangeiros que prometeram ajudá-lo caso esta contra-ofensiva fosse financiada pelo Estado. Uma empresa mercenária com sede em Londres, chamada Sandline, aliada às forças nigerianas (que estava em missão sob a autoridade da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano), lançaram uma ofensiva militar que restituiu o poder a Kabbah e seu mandato foi restaurado no ano de 1998. (ROSS, 2003, p. 24)

O terceiro pilar, extorsão e seqüestro, também é muito comum nas zonas de conflitos dos países que passam por uma guerra civil, tendo em vista os recursos naturais que possui. Esta suscetibilidade é gerada por vários fatores como a imobilidade das minas quanto à transferência para áreas menos perigosas, a descentralização das zonas mineradoras e, por último, pela renda que a extorsão e o seqüestro podem gerar para estes grupos insurgentes. Este fator possibilita que os grupos rebeldes colem grandes quantias de dinheiro e seqüestrem funcionários das empresas de mineração próximas às áreas de saques. A vulnerabilidade das indústrias de mineração a esta situação dá-se em parte por causa da localização das mesmas em áreas remotas, em parte porque as minas não podem ser realocar em áreas seguras e em parte porque acumulam rendas. (ROSS, 2003, p. 24-25) Esta situação não foi verificada em Serra Leoa.

Pode-se verificar a exposição da funcionalidade da violência no comportamento de Foday Sankoh, no período em que esteve liderando a RUF, pois durante todo o conflito houve recrutamento de membros para o grupo armado. A ambição de Sankoh era evidente e sua preocupação com a aquisição de um cargo no governo o motivava a dar incentivos aos novos membros, no sentido de incitar ataques violentos e promover milhares de mortes dentro das comunidades.

3. A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS NATURAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A forma mais documentada e teorizada de como os recursos naturais afetam as interações políticas é por meio do conflito.

NEMETH, 2006.

Os recursos naturais, ao longo da história, têm influenciado as Relações Internacionais implicando variações nas interações humanas no âmbito do comércio, da política, da cooperação e até mesmo da guerra. Estas variações relacionadas às interações humanas, geralmente, estão associadas à questão do controle dos recursos naturais, quando eles existem em determinado território. (NEMETH, 2007, p. 2). A compreensão dessas relações torna-se fundamental uma vez que os sinais de esgotamento de alguns recursos é cada vez mais evidente.

Na era moderna dos Estados-nação a luta pelo controle de recursos naturais tem sido a causa direta de muitos conflitos. Em outros casos, os conflitos entre Estados estão relacionados aos recursos naturais, mesmo que em muitas situações eles não sejam exatamente a causa do conflito. O consumo de recursos naturais pelos Estados é uma questão importante, pois está relacionado à capacidade destes de prover benefícios à sua população e comprovar seu poder perante as demais nações.

Os recursos naturais têm desempenhado um papel crítico nas relações entre Estados, bem como no desenvolvimento das relações internacionais como campo de estudo. Assim, podemos conceituar a maneira que os Estados interagem uns com os outros como sendo inerentemente afetada de forma positiva e negativa, em relação à distribuição natural dos recursos. Segundo Nemeth (2001, p. 6), existe o chamado determinismo ambiental cuja abordagem concentra-se na afirmação de que os Estados possuem pouco espaço de manobra para contornar os efeitos desta distribuição.

Outra visão acerca da dinâmica entre Estados é chamada de possibilismo ambiental cuja abordagem consiste em afirmar que o ambiente pode ser pensado com um dos elementos que podem afetar o número de opções de ações que um Estado tem. O ambiente pode ser pensando como um conjunto de limites que varia de lugar para lugar e

ao longo do tempo, tendo em vista o acesso à tecnologia. Um Estado pobre em recursos com vizinhos que possuem abundância de recursos pode optar por um conjunto diferente de políticas de um Estado pobre em recursos com vizinhos igualmente pobres. (NEMETH, 2001, p. 5-6)

Desta forma, não se pode negligenciar que a noção de poder também está essencialmente ligada aos recursos naturais, pois o acesso de um Estado a estes recursos pode influenciar sua capacidade de impor suas exigências sobre outras nações assim como resistir às exigências que são impostas. Ou seja, os recursos naturais são parte integrante do poder do Estado, assim como fazem parte da luta pelo poder que caracteriza o sistema internacional. (NEMETH, 2001, p. 7)

Ademais, os recursos naturais podem tornar-se objeto de disputas, já que também estão relacionados a diferentes fatores dentro do sistema internacional. Um destes fatores é a construção social da “necessidade” acerca do recurso. “A cooperação ou conflito em relação a determinado recurso é desnecessária se o recurso é inútil ou desnecessário, pois os recursos se tornam necessários com base nos desejos, necessidades e práticas humanas”. (NEMETH, 2007, p. 9). Considerando os recursos naturais como bens necessários, um fator que pode condicionar a cooperação ou a violência em torno deles pode estar conectado às relações entre fornecedores e consumidores.

A existência de diferenças ambientais relacionadas à abundância de recursos entre Norte e Sul, por exemplo, pode levar à mitigação da crise de equidade global que atinge principalmente o Sul. Contudo, a desigualdade principalmente econômica entre as duas regiões pode também criar conflitos, como a disponibilidade de petróleo que começa a diminuir enquanto as demandas das nações por este bem aumentam. Neste contexto, destacam-se as instituições que podem fornecer mecanismos de resolução pacífica de conflitos já que possuem entre outras atividades, o papel de expandir normas democráticas e fazer com que Estados democráticos as internalizem também. (NEMETH, 2007, p. 10)

3.1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

A perspectiva construtivista acerca do sistema internacional considera que a realidade social externa não é objetiva. Isto é, o sistema internacional é algo que é construído a partir de um conjunto de idéias, pensamentos e um sistema de normas.

(JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 341) A abordagem construtivista das Relações Internacionais possui enfoque, portanto, em quatro premissas essenciais: (1) as relações humanas bem como as relações internacionais consistem em pensamentos e idéias e não de forças ou condições humanas; (2) a intersubjetividade das crenças comuns entre as pessoas constitui o elemento ideológico central da teoria construtivista; (3) as crenças comuns compõem e expressam os interesses e as identidades das pessoas e (4) as instituições sociais e coletivas, como a soberania estatal, por exemplo, existem apenas por causa das pessoas que acreditam na sua existência. (FINNEMORE e SIKKINK, 2001, p. 392)

O idealismo filosófico construtivista rejeita, em certa medida, a teoria positivista das Relações Internacionais, uma vez que a filosofia materialista é contrastada com a idéia de que a linguagem, os discursos, os pensamentos das pessoas e os conceitos é que tornam o mundo social e político uma realidade. Ou seja, há um processo de construção de tal realidade no domínio intersubjetivo cujo significado é importante, principalmente, para as pessoas que estão inseridas neste domínio. No que se refere às estruturas sociais, temos que:

As estruturas sociais têm três elementos: conhecimento comum, recursos materiais e práticas. Primeiro as estruturas sociais são definidas, em parte, por entendimentos, expectativas e conhecimento mútuo. Constituem os atores em uma determinada situação e a natureza de suas relações, sejam cooperativas ou conflituosas (...). (JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 340)

O sistema internacional de segurança e defesa, por exemplo, consiste em territórios, populações, armas e recursos físicos, mas as idéias e os entendimentos de acordo com os quais estes recursos são concebidos, organizados e utilizados, são mais relevantes. (JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 342)

Os eventos internacionais são analisados pelos construtivistas não por meio da causalidade dos mesmos, mas pelo seu significado intersubjetivo. Os conflitos, por exemplo, são vistos como desacordos ou falta de comunicação entre os agentes. Nasce de um “confronto entre as mentes e as vontades das partes envolvidas”. (JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 345) A importância, nesta questão, está no que as partes têm a declarar sobre a disputa, ou seja, as considerações de cada uma sobre os motivos pelos quais há a contenda. O que os construtivistas chamam de discórdia intersubjetiva é o que embasa, ideologicamente, uma disputa internacional.

Neste contexto em que a questão da segurança é abrangida, é importante considerar a importância que é dada, na perspectiva construtivista, à influência e aos efeitos da cultura e da identidade sobre as políticas de segurança. Aqui, os arranjos normativos têm elevada importância que desestimulam ou instigam os agentes. A complexidade das relações internacionais encontra-se, portanto, em questões de caráter cultural - institucional - normativo.

Desta forma, o sistema internacional está intimamente ligado às organizações que os Estados organizam. O caráter intersubjetivo do sistema internacional faz com que a política internacional seja mutável e imprevisível. Ou seja, o próprio sistema é uma criação dos Estados que, por sua vez, estão em constante mudança. Afirma-se, então, que o futuro é totalmente imprevisível, o que faz com que a capacidade de explicação das ciências sócias de prever o futuro é inexistente. (JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 347)

3.1.1. O construtivismo aplicado à resolução de conflitos

A construção social da política ocorre, fundamentalmente, a partir de três elementos: conhecimento compartilhado, recursos materiais e práticas. O elemento que conecta os indivíduos inseridos em determinada sociedade ao conhecimento compartilhado (ou cultura), é o conhecimento que, neste ambiente, adquire variadas formas que abrangem normas, regras, instituições, ideologias, organizações e padrões de amizade e inimizade (HILL, 2006, p. 14)

No que se refere à construção social dos atores, a perspectiva construtivista ressalta que os mesmos são formados a partir de seus próprios interesses, assim como suas identidades se constituem por meio da cultura na qual estão incorporados. A socialização, neste contexto, é parte do processo de construção da identidade e formação dos interesses dos atores. Assim sendo, os efeitos que ela produz nos mesmos são analisados e medidos por meio dos níveis de internalização decorrentes da socialização. O primeiro nível é considerado o mais superficial, pois as normas são observadas pelos atores por causa da coerção que os obrigam a fazer tal. Em um segundo nível, a socialização, representa um estágio de internalização considerado profundo, uma vez que os agentes do sistema internacional observam e respeitam as normas não porque são forçados a obedecê-las ou por causa da coerção, mas porque há interesse próprio em fazê-lo. (HILL, 2006, p. 15)

A legitimação e o reconhecimento das normas por parte dos atores representam um estágio mais profundo que os dois outros. É neste momento de socialização que os atores assimilam a socialização como parte de um processo “construído” pela cultura. Em princípio, a conformação com existência das normas terá um caráter egoísta por parte dos grupos que as assimilam. Contudo, a permanência desta ação trará, ao longo do tempo, uma corrosão do caráter egoísta, fazendo com que uma identidade coletiva seja construída. (HILL, 2006, p. 15)

Considerando, portanto, a existência de grupos rivais de determinado Estado, afirma-se que a cultura ou o entendimento intersubjetivo não implica a existência de uma relação entre eles, tampouco algum nível de internalização. Ou seja, o tipo de cultura que existirá entre estes grupos dependerá da intersubjetividade compartilhada, que poderá ser de agressão, competição ou cooperação. (HILL, 2006, p. 16) Fala-se então nas “três culturas de anarquia” classificadas de Hobbesiana, Lockiana e Kantiana.

A anarquia Hobbesiana é focada nos ganhos relativos. O ambiente de interação dos atores é de medo, uma vez que os grupos se sentem forçados a agir agressivamente por causa do que é pensando acerca do inimigo, isto é, as intenções maldosas que foram atribuídas à imagem do grupo rival. (HILL, 2006, p. 16)

Diferentemente, a anarquia Lockiana surge quando os grupos adquirem uma identidade social de caráter não agressivo, mas sim, de caráter competitivo. A intenção dos grupos não é a eliminação um do outro, apesar de existir a possibilidade do uso da força. O temor em relação à sobrevivência faz com que esta possibilidade seja mais remota, se comparada à anarquia Hobbesiana. Na anarquia chamada Kantiana os grupos assumem uma identidade social amigavelmente de cooperação. (HILL, 2006, p. 16) Cogita-se, neste ambiente, a impossibilidade do uso da força já que o foco são os ganhos absolutos de cada grupo, conforme esclarece Hill:

(...) Um dilema da segurança, por exemplo, é uma estrutura social composta de entendimentos intersubjetivos, no qual os Estados são tão desconfiados que elaboram as piores suposições sobre as intenções dos outros atores e, conseqüentemente, definem seus interesses em termos egoístas. Uma comunidade de segurança é uma estrutura social diferente, formada por conhecimento comum, em que os Estados confiam uns nos outros para resolver disputas sem guerra. Essa dependência das estruturas sociais sobre as idéias é a visão idealista (ou idea-ist) do construtivismo sobre a estrutura. (HILL, 2006, p. 17)

Estes três tipos sugerem a inexistência de uma lógica no que diz respeito à anarquia. Não obstante, “anarquia é o que [grupos domésticos] fazem dela”. (HILL, 2006, p. 17) No que se refere às capacidades materiais de cada grupo, afirma-se que, em um ambiente em que a agressão foi culturalmente socializada, tais capacidades são vistas como ameaças à sobrevivência dos grupos, já que nesta situação, o entendimento intersubjetivo compartilhado adquiriu tal significado. O mesmo não acontece onde a cultura é embasa em cooperação ou competitividade.

As práticas são o que formam o último elemento das estruturas sociais. A repetição das interações entre os atores colaboram para que a identidade social dos grupos seja formada. Em outras palavras, os interesses ligados às identidades dos agentes são formados e reforçados em resposta ao tratamento que recebem de outros agentes. O que ocorre é o chamado “*reflected appraisals*”, ou seja, os atores tendem a se enxergar como um reflexo de como acham que os outros os vêem. (HILL, 2006, p. 16) Por isso, as mudanças estão constantemente acontecendo, pois as diversas interações neste ambiente causam efeitos nas identidades e nos interesses dos grupos. Desta forma tem-se que as interações dos atores é que formam a cultura. Mais especificamente, Wendt diz sobre a estabilidade da cultura o seguinte:

É a opinião do ator que compõem o conhecimento compartilhado ao longo do tempo. A cultura está em constante movimento, mesmo que ela se auto - reproduza. É o que as pessoas fazem dela, mesmo que ela restrinja o que os atores fazem em qualquer momento. Sua realização está em curso. Apesar de ter um viés conservador, portanto, a cultura é sempre caracterizada pela contestação mais ou menos entre os seus portadores, sendo um recurso constante para a mudança estrutural. (HILL, 2006, p. 17)

É preciso considerar que a cultura é formada por diferentes tipos de normas, instituições e regras que, muitas vezes, induziram a uma situação contraditória, tendo em vista que os agentes nunca são perfeitamente socializados. A criatividade é um fator que influencia este quadro, pois o surgimento de novas idéias motiva os atores a buscarem projetos pessoais que podem, conseqüentemente, alterar o ambiente de interações. Além disso, elementos como revoluções, invasões e operações de paz e reconstrução também devem ser considerados como fatores influenciadores do ambiente e da cultura. (HILL, 2006, p. 17)

3.2. O CONSTRUTIVISMO E O CONFLITO CIVIL EM SERRA LEOA

O conflito civil em Serra Leoa, terminado há oito anos, traz à população sentimentos de esperança no que se refere a uma reconstrução social, governamental, cultural do país entre outros aspectos. A identidade do Estado de Serra Leoa, ao passar pelo longo período de desordem e caos social, foi de certa forma alterada. Sob a perspectiva construtivista, a convivência social é responsável pelo comportamento dos agentes, não só externos, mas também, domésticos.

Tal convivência teve sua base abalada quando a fragilidade do governo e sua conseqüente perda de controle sobre o território foi entendida pela RUF como indícios de que suas ações poderiam assumir um lugar de autoridade perante a população. O enfraquecimento do governo, que levou ao abrandamento de seu controle sobre o território de Serra Leoa, fez com que o mesmo tivesse dificuldade de impor leis que regularizasse a extração de diamantes, uma vez que esta atividade não possuía um baixo grau de dificuldade para sua realização. O monopólio da legitimidade sobre o uso da violência passou a ser da RUF e não mais de uso exclusivo estatal.

Mediante tal cenário, Serra Leoa, que antes possuía uma identidade social originalmente construída de forma não violenta, se comparada com a situação pós-conflito, por exemplo, passou a ter seus interesses transformados. Isto é, o interesse de um Estado é determinado pelo processo social de construção de sua identidade. Uma vez que Serra Leoa teve sua identidade distorcida, enquanto Estado soberano, seus interesses voltaram-se não mais para sua projeção no cenário regional africano, por exemplo, mas sim para a resolução do conflito interno que desestruturou todo o país.

A dependência do governo em relação ao diamante, aliado ao fato de a região ser economicamente fraca, alterou os interesses desta nação. Este quadro agravou-se com os interesses e práticas dos líderes rebeldes levando a uma identidade conflitiva que foi formada entre os atores deste cenário e também foi responsável pela guerra que se instaurou. Aqui cabe ressaltar conforme palavras de SARFATI (2006, p. 263) que o processo de relacionamento social é contínuo e histórico, o que implica que essas identidades podem ser modificadas.

Houve também, uma transformação de âmbito social em Serra Leoa. A participação direta ou indireta da De Beers, dos soldados nigerianos, dos soldados da ONU, dos organismos internacionais e do governo foi afetada por causa das relações estabelecidas entre estes atores. Em outras palavras, pode-se dizer que a relação de cada um destes atores

com o outro é que faz com que significados sejam atribuídos a eles mesmos e aos seus comportamentos. A guerra civil é um processo de transformação social no qual as pessoas adaptam seus comportamentos com o objetivo de sobreviver, minimizar riscos e maximizar oportunidades. (WENNMANN, 2007, p. 429) Isto se aplica ao comportamento da Charles Taylor, ex-presidente da Libéria e líder rebelde e Foday Sankoh, ex-soldado das Forças Armadas de Serra Leoa, que conjuntamente procuraram maximizar seus ganhos com o comércio ilegal de diamantes. Sankoh pode até mesmo ser caracterizado como um “poder estatal” informal, uma vez que seu poderio foi fundamentado por meio de canais não formais. (PELTIER, 2006 p. 990)

As ameaças sociais também são construídas a partir destes relacionamentos. As normas estabelecidas para cumprimento dos cidadãos de Serra Leoa foram desconsideradas pela RUF e seus seguidores. A desinstitucionalização das normas e práticas legitimadas pela sociedade foi o fato que deu vazão ao comércio ilegal de diamantes, ao recrutamento de pessoas, à morte de milhares de soldado e civis. O nível de socialização construído entre os líderes da RUF perante as leis e normas de Serra Leoa foi o mais superficial possível, se é que tal socialização tenha realmente ocorrido, pois não houve, por parte do grupo armado, nenhum tipo de respeito aos direitos humanos, muito menos algum tipo de temor quanto às sanções que poderiam ser aplicadas a eles.

A cultura construída entre os membros da RUF e o Estado de Serra Leoa foi de caráter agressivo, ou seja, a internalização das normas bem como da coerção não ocorreu. Os interesses formados pelo grupo nada tinham a ver com o bem estar da população ou com a construção de uma identidade coletiva, mas visavam somente a exploração, o contrabando e o enriquecimento de seus líderes.

3.2.1. A reconstrução e o desarmamento em Serra Leoa

O processo de reconstrução e desarmamento em Serra Leoa teve início em 2002 quando o conflito civil foi declarado terminado. Em março de 2004 o Comitê Nacional para Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Serra Leoa (em inglês: *Sierra Leone's Comitee for Disarmament, Demobilization and Reintegration – NCDRR*) foi oficialmente fechado após 5 anos de operações intensas no país. (GRANT, 2006, p. 445). Treinamento vocacional, e participação na escola, além de outras atividades, constituíram a fase de reintegração iniciada com a população local, o que incluía até mesmo a participação de crianças-soldado.

Apesar dos esforços voltados para esta iniciativa, muitos soldados não terminavam o programa de reintegração proposto. De acordo com International Crisis Group “(...) um grande número de ex-combatentes estava insatisfeito com o programa de reintegração e prospectando empregos na economia formal” (ICG, 2003, p.1). A restauração do controle governamental sobre as áreas com grande concentração de diamantes, como Kono, tem sido muito difícil já que conscientizar a população que os diamantes podem ser fontes de aumento da renda e não mais uma das razões para o conflito é uma tarefa árdua para a comunidade internacional e para o governo.

O caso de Serra Leoa, quando analisado minuciosamente, traz à tona uma série de desafios a serem vencidos (1) pela população local que vive em regiões onde existem diamantes; (2) pelo governo que busca estabelecer um controle estável sob estas áreas e (3) pela comunidade internacional engajada na resolução do conflito e reconstrução do país, entre outros atores. (WORLD BANK, 2001) A base para ações efetivas de reconstrução e desarmamento por parte da ONU deve compreender, além de sanções, ações em prol da pacificação, ações em prol da manutenção da paz.¹⁴ (GLOBAL WITNESS, 2010) Sobre este aspecto, é importante notar que quase 1 em 3 operações de paz das Nações Unidas foram motivadas tendo em vista conflitos sustentados por receitas provenientes de commodities primárias, como óleo, diamantes e madeira, sendo quase metade destas operações ocorreram na África¹⁵. (GLOBAL WITNESS, 2010)

A guerra, que perdurou por mais de uma década, deixou vestígios a serem reparados em toda infra-estrutura do país (rodovias, pontes, hospitais, escolas, rede elétrica, etc.), muito embora todo este sistema, antes da guerra, fosse muito precário. (GRANT, 2005, p. 443) Portanto, o escopo da reconstrução de Serra Leoa vai muito além da reconstrução física da infra-estrutura. Para as necessidades sociais, antes intangíveis, deve-se criar um meio de tangibilização assim como caminhos para erradicação da corrupção nas arenas pública e privada.

O caráter menos democrático do governo de Serra Leoa, que o impossibilitava de atender as demandas apresentadas por sua população, causou o enfraquecimento

¹⁴ As sanções são uma das poucas medidas de coerção à disposição do Conselho de Segurança da ONU. (GLOBAL WITNESS, 2010, p.42).

¹⁵ De acordo com o website da ONU (<http://www.un.org/en/peacekeeping/list.shtml>), houve 44 operações de paz iniciadas desde 1990, dos quais 22 foram implantadas na África. Dentre estas 44 missões, 14 têm como causa conflitos sustentados por receitas provenientes de commodities primárias: Angola, Camboja, Somália, Libéria, Serra Leoa, República Democrática do Congo, Costa do Marfim e Sudão.

governamental que culminou primeiramente na instabilidade do governo e, em seguida, no conflito civil. A desmobilização e a reconstrução do país, apoiadas pelo Reino Unido, começaram em 2001 e ainda continuam. O Reino Unido se comprometeu em apoiar a reconstrução de Serra Leoa por 10 anos, no sentido de ajudar a fortalecer o aparato institucional do Estado, principalmente na área militar, por meio de treinamentos militares. (HANLON, 2005, p. 460)

Apesar de ter recebido doações de diversas formas desde o fim da guerra, em 2006 o número de doações que chegavam a Serra Leoa era relativamente pequeno. A quantia total de assistência para o desenvolvimento do país no referido ano foi de US\$ 361.3 milhões (DACO, 2006, p. 6-7) A assistência que é dada para o país africano é baseada em 3 pilares principais estabelecidos no Relatório de Estratégias para Redução da Pobreza (em inglês: *Porverty Reduction Strategies Paper*): (1) boa governança, paz e segurança, (2) alimentos, saúde e criação de empregos e (3) desenvolvimento humano. (DACO, 2006, p. 8)

Durante os últimos anos da guerra, bem como no período imediatamente posterior ao seu término, as Nações Unidas, em uma ação bilateral com o Reino Unido, enviaram doações para o país, a fim de instrumentalizar a iniciativa. Internamente, as organizações não-governamentais e uma pequena parte de empresários têm estado a frente de políticas sociais e econômicas voltadas para reconstrução. A estratégia de reintegração nacional é baseada em uma avaliação das necessidades feita em cada distrito do território de Serra Leoa, com vistas a fornecer um quadro global dos esforços de recuperação. (SIERRA LEONE, 2002-2003, p. 3)

O objetivo é a construção de uma ligação entre as intervenções caracterizadas como emergenciais e o desenvolvimento a longo-prazo para que o processo de reconciliação e democratização da sociedade de Serra Leoa. O desafio mais crítico consiste, portanto, em consolidar a autoridade governamental e a capacidade dos atores estatais no seio da população para que a capacitação dos mesmos forme uma base essencial para os esforços de reconstrução bem como para as estratégias de desenvolvimento em longo prazo. (SIERRA LEONE, 2002-2003, p. 9).

No tocante a oportunidades de emprego, Serra Leoa apresenta prospecções de trabalho insignificantes para a população com conhecimentos mais técnicos ou mesmo com conhecimento básicos. O exercício de uma profissão é algo complicado, uma vez que

o recebimento do salário torna-se uma incerteza para os profissionais que querem atuar em seus mercados de trabalhos. O contraste da pobreza com a construção ou renovação de edifícios, escritórios e pequenas casas, é notório na capital, Freetown. (GRANT, 2006, p. 446). Os esforços de reconstrução e revitalização das cidades é resultado doações que são feitas por países como os Estados Unidos e o Reino Unido além da presença da ONU e de organizações não-governamentais transnacionais no país.

3.2.2. O papel da assistência externa

A assistência externa, em um contexto de conflito civil, é uma fonte inestimável de segurança humana, quando implementada corretamente. (GRANT, 2005, p. 447). Serra Leoa recebe assistência de variados parceiros e sob diferentes formas que se alteram de acordo com as prioridades estabelecidas. (DACO, 2006, p. 9). São quatro os principais parceiros que efetuam doações através de um centro financeiro de apoio multilateral, denominado apoio financeiro direto (em inglês *Direct Budget Support – DBS*); são eles: Banco Mundial, Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DfID), Comissão Européia e o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB).

Neste contexto o FMI desempenha um papel importante no que diz respeito ao apoio no balanço de pagamentos do país. Segundo o Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, a própria Nações Unidas deveria trabalhar de forma conjunta com as autoridades nacionais, as instituições financeiras internacionais, sociedade civil organizada e com o setor privado para, desta forma, desenvolver normas de gerenciamento e governança de recursos naturais em países emergentes ou em risco de conflito.¹⁶ (GLOBAL WITNESS, 2010).

O governo de Serra Leoa considera o DBS a ferramenta mais importante de apoio para implementação do Relatório de Estratégias para Redução da Pobreza (em inglês *Poverty Reduction Strategie Paper*), uma vez que recebe ajuda referente a receita anual do país além de priorizar a liderança do governo quanto aos gastos, o que resulta no aumento da confiança do governo nos mecanismos de gestão financeira e pública. (DACO, 2006, p. 11). Além disso, muito outros parceiros ajudam o trabalho que é desenvolvido pelas organizações não-governamentais que estão em Serra Leoa.

¹⁶ Relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, (A/59/565), Dezembro. 2004.

Uma das fontes de ajuda à Serra Leoa, além das ajudas bilaterais e multilaterais, provem das iniciativas das organizações não-governamentais internacionais (em inglês: *International Non-Governmental Organisations - INGOs*) que fazem uso de fundos angariados de suas sedes, de doações do público em geral e de verbas de instituições filantrópicas. (DACO, 2006, p.12) Estas organizações são monitoradas por um sistema que tem sido implementado pelo governo de Serra Leoa, com o objetivo de mensurar o quanto de ajuda o país tem recebido diretamente das INGOs.

O apoio dado no período imediatamente após o fim da guerra foi essencial para os primeiros esforços de reconstrução deste território africano. Contudo, o número de organizações especializadas em emergências de uma situação pós-conflito está diminuindo, uma vez que tem ocorrido a realocação destas agências para outros países que estão passando por uma guerra ou se recuperando. (DACO, 2006, p. 9) O número de agência das Nações Unidas em Serra Leoa também é considerável. Elas recebem doações de parceiros bem como gerenciam programas de promoção do desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentro do sistema, é o órgão que desembolsou a maior quantia de financiamento, tanto na posição de doador quanto de implementador dos projetos.

3.2.3. A sociedade e o papel do Estado

A sociedade, de qualquer nação, possui um importante papel nas questões relacionadas à reconstrução de seu país. Preocupada com o desenvolvimento e com a segurança, a mesma procura se fortalecer por meio da formação de comunidades que buscam pressionar o governo para a solução dos problemas sociais.

Apesar de terminada a guerra, o Estado de Serra Leoa permaneceu enfraquecido. Sua dupla posição de agente e objeto de reconstrução traz dificuldades ao seu próprio desenvolvimento. (GRANT, 2006, p. 448) O fortalecimento da autoridade política do Estado deve ser encarado como um dos principais objetivos no quadro pós-conflito uma vez que o governo responsável pela liderança da nação pode ser, em um primeiro momento, questionado ou ter sua legitimidade questionada. O processo de eleição deve ser visto como um primeiro passo em direção à democracia, mesmo que possa trazer à tona novas tensões para a sociedade.

Considerando tal afirmação, tem-se que: “(...) não é surpreendente que eleições sejam realizadas logo após o fim formal das hostilidades, com o objetivo de conferir o nível de legitimidade do regime. Este era o caso de Serra Leoa” (GRANT, 2006, p. 448) Ou seja, embora o presidente Ahmed Tejam Kabbah tivesse sido re-eleito e seu partido tenha mantido a maioria parlamentar em maio de 2002, o eleitorado se mostrou insatisfeito com a falta de crescimento da economia e com uma série de outras questões relativas à reconstrução do país o que mostrou que, o simples fato de realizar eleições livres e justas não significa que os problemas governamentais serão resolvidos.

O fortalecimento da Sociedade Civil deve ser considerado neste contexto. As iniciativas e políticas implementadas pelo governo não poderão, por si só, reconstruir o país, pois, o apoio dado pela Sociedade Civil é essencial para que as políticas de segurança, desenvolvimento e reconciliação e governança sejam plenamente implementadas. (SIERRA LEONE, 2002-2003, p. 12) O interesse geral do país é baseado e identificado pelos grupos comunitários que se levantam em nome de toda sociedade.

A corrupção governamental e sua conseqüente fraqueza são problemas que já existiam bem antes no início da guerra em Serra Leoa. A realização de eleições livres não necessariamente resolve este problema. Isto significa que para que a reconstrução aconteça e se consolide, é preciso, primordialmente, combater uma das causas fundamentais da guerra civil, a corrupção. Pode ocorrer também, de as doações estrangeiras serem vistas como uma das causas da corrupção, contudo, elas somam esforços para a reconstrução de longo prazo e o crescimento econômico sustentável do país. (GRANT, 2006, p. 449) Portanto, a implementação de algumas medidas drásticas como o aumento da transparência governamental no que diz respeito à responsabilidade de contratar e dar autonomia a Comissão Anti Corrupção (em inglês Anti Corruption Commission – ACC) contribuirá positivamente na luta contra este mal. (GRANT, 2006, p. 449)

Para que a restauração e consolidação da autoridade do governo seja eficaz tanto no âmbito local quanto nacional é fundamental para a segurança seja mantida e o Estado de Direito seja estabelecido. Como resultado, obter-se-á a estruturação de programas e políticas governamentais, com a participação da administração de cada distrito de Serra Leoa. Desta forma, a provisão de serviços para a população será efetiva, de fato. (SIERRA LEONE, 2002-2003, p. 12)

Este processo de diminuição da corrupção governamental é extremamente difícil, porém, se implementado, as políticas sociais serão melhor aplicadas e seus efeitos sobre a população serão visíveis já que as leis e os direitos serão assegurados bem como o alcance dos benefícios chegarão às classes sociais menos favorecidas. (GRANT, 2006, p. 449) Uma vez comprovado estatisticamente que a corrupção em Serra Leoa está diminuindo, a ajuda bilateral e multilateral confiarão na boa alocação de seus recursos doados para este país, o que, com certeza será tido como um ponto chave para a reconstrução e o desenvolvimento no médio e longo prazos. A elaboração de um sistema de governo efetivo e transparente, que regule a exploração do diamante, preserve os direitos dos trabalhadores de minas regulamentados pela lei e atraia investimentos, abrirá caminho para a utilização do diamante como fonte para que o desenvolvimento seja realmente eficaz. (DACO, 2006, p. 9)

Uma boa remuneração dos agentes governamentais também faz parte deste processo. Uma vez que há satisfação por parte dos empregados dos órgãos públicos de Serra Leoa quanto a remuneração salarial, os mesmos não se sentirão motivados a receber pagamentos adicionais, pois sua remuneração oficial os motiva a trabalharem de acordo com a lei. (WORLD BANK, 2001, p.8)

Embora a reconstrução física de Serra Leoa seja extremamente importante para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social, é preciso ainda levar em consideração que a pobreza e a falta de um governo estável fundamentaram os ressentimentos políticos e econômicos nesta sociedade. (GRANT, 2006, p. 449) A justiça, enquanto um bem público é subjetiva o que a faz ser interpretada de diversas formas. Este quadro levou o governo a estabelecer uma comissão para que problemas relacionados a quantificação e à qualificação da justiça no país, fossem amenizados¹⁷:

Serra Leoa estabeleceu a Comissão da Reconciliação e Verdade (em inglês: Truth and Reconciliation Commission – TRC) com sua própria Corte Especial, um tipo híbrido de tribunal que é administrado em conjunto com as Nações Unidas. (GRANT, 2006, p. 449).

Programas para o aperfeiçoamento da relação entre civis e militares também foram implementados em várias regiões do país. Os Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, membros do G-8, juntaram esforços para que Serra Leoa recebesse apoio logístico,

¹⁷ Apesar do estabelecimento desta comissão, a mídia local e internacional estava muito mais voltada para Corte Especial de Serra Leoa, que foi inaugurada em 10 de março de 2004, a qual já havia emitido uma série de acusações, sendo considerada mais influente em termos de julgamento de crimes de guerra.

material, militar bem como treinamentos em todas essas áreas, mesmo com a falta de financiamento e com cortes no orçamento. Oferecer oportunidades de emprego para trabalhadores do campo e para os jovens favorecerá, em longo prazo, a reconstrução e o desenvolvimento de Serra Leoa. (GRANT, 2006, p. 449)

3.2.4. O papel dos recursos internos

Apesar de as doações e apoio externo serem pilares extremamente importantes para a reconstrução de Serra Leoa, as fontes internas também devem existir e ser efetivas. Os recursos internos, como por exemplo, os impostos incidentes sobre as exportações de commodities, desempenham importante papel no que diz respeito a colaborar com os esforços de reconstrução do país. Além destes, a agricultura, além de ser o setor responsável pela provisão de alimentos para a população, é também responsável por mais da metade do Produto Interno Bruto de Serra Leoa. (GRANT, 2006, p. 450).

Não se pode ignorar o fato de que a questão dos alimentos é fundamental para a reconstrução do país, como um todo, assim como também é responsável pela capacidade produtiva do país. Neste quesito, Serra Leoa sofre com os baixos preços de exportação de seus produtos bem como com os impedimentos relacionados à infra-estrutura e logística das cidades. A corrupção existente em muitos portos aliada à lentidão dos processos logísticos fazem com que algumas entraves surjam no comércio internacional. (GRANT, 2006, p. 451)

Apesar deste quadro, Serra Leoa exporta um item principal da dieta alimentar da maioria da população, o arroz. Ou seja, o país exporta alimento e recebe doação de alimentos. Os alimentos que são recebidos de doações são encontrados facilmente em todo o Estado. Isto faz com que mais e mais expectativas surjam em torno da diminuição da ajuda internacional de alimentos. Contudo, é preciso ainda considerar que a falta de mão de obra para o setor de agricultura é um fator agravante deste processo. (GRANT, 2006, p. 451)

A liderança dos diamantes na pauta de exportação de Serra Leoa é um fator negativo na questão da utilização dos recursos internos do país, pois deveria haver, até certo ponto, a substituição da exportação de diamantes por minério de ferro e ouro, por

exemplo, que poderiam ser exportados em grandes quantidades, já que existem grandes depósitos destes bens no país. A não substituição do diamante por estes produtos contribui para que contrabando e problemas de corrupção no governo permaneçam, mesmo com o fim do conflito.

CONCLUSÃO

A problemática dos recursos naturais não se encontra essencialmente na sua existência, por si só, ou na questão de sua abundância ou escassez. Há países com abundância de recursos como Botsuana, Austrália e Brasil, ou mesmo com escassez, como o Japão que se desenvolveram ou estão em processo de desenvolvimento sem que ocorresse um conflito civil. Ou seja, é preciso analisar como tais recursos são governados, quem possui acesso a eles e com que propósito são utilizados.¹⁸ Embora os recursos naturais desempenhem um papel muito importante, as fontes de financiamento das facções vão além dos recursos naturais. Como citado anteriormente, quase 1 em 3 operações de paz das Nações Unidas foram motivadas tendo em vista conflitos sustentados por receitas provenientes de commodities primárias, como óleo, diamantes e madeira, sendo quase metade destas operações ocorrerem na África.

Sobre as questões relacionadas ao financiamento das facções armadas, pode-se assegurar que não obstante as ideologias e identidades sejam parte da motivação dos indivíduos quando estes optam pelo conflito, aqueles que buscam uma “recompensa de guerra” analisam de que forma serão sustentadas as operações pretendidas. Isto quer dizer que os membros destas organizações buscam ganhos pessoais ao filiarem-se e disponibilizarem apoio a grupos armados já que as fontes de financiamento utilizadas pelos chefes destes grupos são as mais diversas possíveis, podendo haver mudança à medida que são capturadas por alguma política de governo. Em outras palavras, a mudança de fontes de financiamento por parte das organizações armadas, acontece sempre que estas vêem suas ações ameaçadas ou impossibilitadas de acontecerem em razão da efetividade de uma ação governamental ou de apoio ao governo.

¹⁸ Para perspectivas sobre as conexões entre os recursos naturais e os conflitos ver Michael Ross, "What we know about natural resources and civil war?" *Journal of Peace Research* 41 (3), 2004.

Mais especificamente, diz-se que a construção das ideologias e identidades também fazem parte da motivação que leva ao conflito por recursos naturais, pois não se pode dizer que um ator tem interesse conflitivo em relação a outro numa situação onde não há relacionamento entre as duas partes. As identidades são adquiridas pelo processo de relacionamento entre os agentes de determinado cenário, sejam eles Estados ou indivíduos. Tendo isto em mente, é preciso ainda tomar como verdade que as fontes de financiamento precisam ser analisadas quando se objetiva o fim de um conflito armado. A identificação de fontes de apoio financeiro ao comércio e extração ilegal de recursos naturais e a eliminação das mesmas é essencial para se trilhar um caminho em busca da paz e da segurança nacional.

Mais do que preocupar-se com a adoção de medidas contra o movimento físico de bens, as normas a serem formuladas devem preocupar-se com as redes de financiamentos, o que inclui apoios individuais ao comércio sustentador do conflito. Os Estados que se recuperam de um conflito armado, como Serra Leoa, ainda estão vulneráveis a recorrência do conflito. “Nestas circunstâncias, a paz configura mais uma indicação da interrupção das lutas do que o início de um processo de paz”. (WENNMANN, 2007, p. 438)

Faz-se necessário, em um primeiro momento, identificar e gerenciar oportunidades econômicas que podem ser usadas como recursos no caso de o conflito vir à tona novamente. A comunidade internacional deve estar sensível em relação aos agentes e fatores que financiaram o conflito em Serra Leoa para a recorrência deste seja uma possibilidade remota ou inexistente, além de tornar notório que todos os investimentos financeiros em prol da reconstrução do país não foram em vão.

Considerando o apoio de uma terceira-parte, por exemplo, no sentido de dar assistência na luta contra o financiamento do conflito, afirma-se que é necessário envolver neste esforço tanto soluções materiais quanto vontade política da comunidade internacional, de forma que os custos de transação das operações criminosas bem como os riscos operacionais sejam aumentados para os grupos armados. Assim sendo, o uso de determinada política que tem o objetivo de bloquear as ações criminosas, deve ser avaliada dentro do contexto social, econômico e político. No caso de Serra Leoa, o conflito foi facilmente financiado uma vez que já não havia controle efetivo do governo em todo território. Ademais, agentes comerciais concorrentes colaboraram para que, nas zonas de

conflito, o acesso a armas, a commodities e até mesmo ao mercado financeiro ilegal fosse facilitado.

Analisando-se os mecanismos influenciadores do conflito, pode-se afirmar que a existência dos diamantes contribuiu para o início do conflito, uma vez que o desejo de dominar regiões ricas neste recurso era evidente nas ações da RUF. Quanto à intensidade do conflito dos diamantes, pode-se dizer que foi influenciada pelos locais onde existia o recurso natural, causando o aumento da taxa de mortalidade entre a população local. A hipótese sobre a intervenção de forças estrangeiras, abordada anteriormente, também é verificada em Serra Leoa. O líder liberiano, Charles Taylor ajudou na organização e apoiou a invasão da RUF às minas de diamantes em Serra Leoa, colaborando com o agravamento do conflito. Ainda é possível verificar que a venda de direitos sobre futuras explorações influenciou a duração deste conflito. O apoio que Foday Sankoh, líder da RUF, deu a Taylor, objetivava um futuro acesso às áreas abundantes no recurso natural da região. Esta atitude também foi verificada nas ações do governo, quando em março de 1995, o mesmo vendeu direitos futuros sobre os diamantes à Brench Energy, companhia sul-africana.

A hipótese sobre ressentimentos existentes entre a população parece não se aplicar a este estudo de caso, uma vez que a população foi vítima da má governança e da identidade conflituosa formada entre governo e dissidentes. Não é verificando, portanto, nenhum tipo de ressentimento religioso ou étnico que teria levado a população de Serra Leoa a lutar entre si. Da mesma forma, a hipótese relacionada ao separatismo não é constatada. Embora Serra Leoa possuísse enormes áreas abundantes em diamantes, as populações destes locais não influenciaram o conflito no sentido lutarem contra o governo por um Estado separado, embora Taylor desejasse anexar parte do território de Serra Leoa ao seu país de origem, a Libéria.

No que se refere aos métodos de pilhagem, roubos e extorsões ocorridos em Serra Leoa, pode-se dizer que foram métodos utilizados pelos chefes da RUF de estimular os soldados recrutados a serem parte de uma estratégia comercial e política de despovoar determinadas áreas com a pretensão de extrair recursos facilmente. Neste aspecto destaca-se Foday Sankoh que, como líder da RUF, tinha alvos e ambições políticas associadas ao governo. A assistência externa a favor de grupos rebeldes também contribuiu com este quadro uma vez que houve interesse comercial de atores estrangeiros. Investimentos de indústrias estrangeiras também favoreceram o suborno em instâncias governamentais. A

competitividade dos mercados onde estão inseridas as indústrias faz com que as mesmas não queiram perder espaço para outras empresas, principalmente, depois de terminada a guerra. O cartel formado não só em Serra Leoa, mas em vários outros países, pelo grupo De Beers que permaneceu por quase 70 anos favoreceu a exploração dos diamantes na região.

Este quadro nos leva a crer que Serra Leoa está presa a uma armadilha relacionada ao baixo nível de desenvolvimento causado pela pobreza e pela fraqueza do governo que, possivelmente, levarão seus cidadãos a grandes dificuldades sociais além de impor substanciais custos à comunidade internacional. Uma das alternativas para solucionar este tipo de problema é a implementação de medidas que encoraje a diversificação da pauta de exportação do país; a redução da volatilidade das receitas geradas pelos recursos; o aumento da transparência do governo quanto ao gerenciamento das receitas provenientes do diamante e o banimento da venda de direitos futuros sobre o diamante.

Ou seja, o fortalecimento das instituições governamentais é fundamental para que as dificuldades sociais e econômicas de Serra Leoa sejam superadas. A criação de novas instituições e o fortalecimento da burocracia das que já existem são pontos importantes quando o que se objetiva é a consolidação da democracia e a eliminação da corrupção. É imprescindível ressaltar ainda que o controle do governo sobre as fronteiras é particularmente importante, pois implica no controle dos fluxos dos recursos e de pessoas.

No caso de Serra Leoa, o processo denominado *Kimberly*, que tinha como objetivo principal acabar com o comércio ilegal de diamantes, trouxe, de forma ineficiente, o comércio de diamantes para os meios regulares dessa atividade, uma vez que este comércio acontecia, em grande parte, por meio do mercado ilegal paralelo. As fronteiras, neste caso, existiam apenas nos mapas. A tentativa de regularizar esta atividade foi frustrada por conta da falta de oportunidades de emprego, da inacessibilidade aos mercados globais e do não funcionamento do Estado.

Esta situação nos leva a crer e a afirmar que a simples implementação de medidas pontuais não é a melhor maneira de sanar o problema do enfraquecimento estatal. É preciso ir além destas medidas ou aliá-las a outras políticas mais abrangentes para que a população não se encontre vulnerável a ataques repentinos e para que as fronteiras sejam respeitadas, tendo em vista a soberania do Estado de Serra Leoa.

Neste contexto afirma-se ainda que a ajuda internacional tem assistido Serra Leoa de forma significativa, contudo, há uma incerteza quanto ao nível de ajuda que ainda será direcionada ao país, no médio e longo prazo. Na esfera das fontes internas de reconstrução, a incerteza permanece, pois a exportação de diamantes tem crescido consideravelmente desde o fim do conflito, particularmente desde o fim oficial das hostilidades, no início do ano de 2002, o que permitiu constatar que a extração ilegal e o contrabando ainda persistem, apesar das medidas adotadas.

Nestas questões relacionadas à consolidação da reconstrução de Serra Leoa, ressalta-se que é preciso que a paz esteja presente por todo o seu território ao mesmo tempo em que os indicadores de desenvolvimento humano, principalmente da população pobre, e os índices de crescimento da renda cresçam. Ou seja, é preciso que haja indícios de melhorias em fatores quantitativos como a questão do desarmamento, desmobilização e reintegração, crescimento da renda per capita e fluxos de ajuda, bem como em fatores qualitativos como a percepção da corrupção, a relação entre Estado e sociedade e da estrutura social de Serra Leoa no pós-guerra.

Ir além dos recursos naturais, sem desprezar a importâncias destes fatores para eclosão do conflito, é essencial para entender o fenômeno ocorrido em Serra Leoa. A dinâmica do conflito nesta região africana faz parte da combinação de diferenciados métodos. A adaptação do comportamento dos grupos armados e suas conseqüentes mudanças nos métodos utilizados para conseguirem financiamento é, sem dúvidas, uma resposta para as políticas externas adotadas contra eles.

As políticas que são focadas na luta contra o financiamento do conflito, estarão sempre embasadas nos interesses do atores que estão por trás delas. No caso de Serra Leoa, é preciso avaliar se a motivação de Charles Taylor e Foday Sankoh foi, por si só, suficiente para iniciar o conflito ou, a disponibilidade de recursos financeiros para o financiamento de suas ações também afetou o início do conflito. Em certa medida, a combinação destas duas hipóteses contribuiu em grande medida para o fenômeno conflitivo ocorrido.

Pode-se concluir a partir das hipóteses apresentadas e de suas aplicações ao caso de Serra Leoa, bem como, de todo o histórico do conflito civil nesta região e dos esforços feitos por todas as partes envolvidas, que ainda existem muitos desafios que intimidam o desenvolvimento do país e que impedem desta forma a criação de uma nova identidade para Serra Leoa.

Finaliza-se, portanto, com a afirmação de que a guerra civil é um processo de transformação social no qual as pessoas adaptam seus comportamentos com o objetivo de sobreviver, minimizar riscos e maximizar oportunidade. O fim deste conflito, por conseguinte, pode ter significado o começo de um novo contexto social para Serra Leoa apesar de o comércio ilegal de diamantes que, em muito contribuiu para a eclosão do conflito, permanecer ativo e as instâncias estatais ainda enfraquecidas. A presença do Estado é essencial para a consolidação deste novo contexto, tendo em vista que o seu fortalecimento é a base para a concretização de uma nova realidade para Serra Leoa.

REFERÊNCIAS

BILLON, Phillipe Le. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. **Political Geography**. Oxford. 2001. p. 1-24.

BILLON, Phillipe Le. The Political Economy of War: What Relief Agencies Need to Know. **Humanitarian Practice Network**. London. 2000. p. 1-48.

BINNINGSBO, Helga Malmin; DUPUY, Kendra. Buying Peace with Diamonds? Power Sharing and Civil War in Sierra Leone. **Conference Papers – International Studies Association**. San Francisco. 2008. v. 49.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV. **Overview of operations 2010**. Geneva. 2009. p. 1-84.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV. OPINION PAPER: **How is the term “armed conflict” defined in international humanitarian law?** [S.l.]. 2008. p. 1-5.

CLAUSEWITZ, Von Carl. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FINNEMORE, Martha; SIKKIN, Kathryn. Tacking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. **Annual Review of Politic Science**. [S.l.]. 2001. p. 391-416.

GLOBAL SECURITY (United States). **Military**: Sierra Leone. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/sierra_leone.htm>. Acesso em: 05 fev. 2010.

GLOBAL WITNESS. **Lessons unlearned. How the UN and members states must do more to end natural resources fuelled conflicts.** Media Library. Disponível em: <http://www.globalwitness.org/media_library_detail.php/919/en/lessons_unlearned_how_the_un_and_member_states_mus>. Acesso em: 10 mar. 2010.

GLOBAL WITNESS. **The usual suspects. Liberia's weapons and mercenaries in Côte D'ivoire and Sierra Leone. Why it's possible, how it works and how to break the trend.** Media Library. Disponível em: <http://www.globalwitness.org/media_library_detail.php/96/en/the_usual_suspects>. Acesso em: 15 mar. 2010.

GRANT, J. Andrew. Diamonds, foreign aid and the uncertain prospects for post-conflict in Sierra Leone. **Round Table - Academic Research.** Evanston, EUA. v. 94. p. 443-457.

HANLON, Joseph. Is the International Community Helping to Recreate the Preconditions for War in Sierra Leone? **Round Table - Open University.** Milton Keynes, UK. 2005. Vol. 94. p. 459-472.

HILL, Stephen M. Neorealism, neoliberalism, constructivism and the Role of Third Parties in Disarmament of Civil Warring Factions. **Academic Journal – Geopolitics.** [S.l.]. 2006. Vol. 8. p. 6 -24.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP- ICG. **Sierra Leone: the state of security and governance.** Freetown, 2003. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/west-africa/sierra-leone/067-sierra-leone-the-state-of-security-and-governance.aspx>> Acesso em: nov. 2009.

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NEMETH, Stephen. Resource and Conflict: understanding the relationship. **Prepared for delivery at the 2007 annual meeting of the american political science association 2007.** IOWA. 2007. p. 1-33.

PELTIER, Jean-Philippe. Breaking the conflict trap: civil war and development policy. **Economic Development and Cultural Change.** Washington. 2003. p. 1-5.

ROSS, Michael L. How Do Natural Resources Influence Civil War? Evidence from Thirteen Cases. **International Organization Foundations.** [S.l.]. Dec/Mar. 2004. v. 58. p. 35-67.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SECURITY COUNCIL. United Nations (Org.). **The situation in Sierra Leone**. S/RES/1886 (2009) USA, 2009. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions09.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SECURITY COUNCIL. United Nations (Org.). **The situation in Sierra Leone**. S/RES/1793 (2007) USA, 2007. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions07.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SECURITY COUNCIL. United Nations (Org.). **Report of security council commission to Sierra Leone**. S/2000/992 USA, 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/missionreports.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SECURITY COUNCIL. United Nations (Org.). **Security council decides to impose prohibition on imports of rough diamonds from Sierra Leone**. SC/6886 (Press Release) USA, 2000. Disponível em: <<http://www0.un.org/apps/press/searchAr.asp>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

SECURITY COUNCIL. United Nations (Org.). **The situation in Sierra Leone**. SC/1734 (2006) USA, 2006. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions06.htm>. Acesso em: 26 fev. 2010.

SECURITY COUNCIL. United Nations (Org.). **Third report of the secretary-general on the United Nations integrated peacebuilding office in Sierra Leone**. S/2009/438 USA, 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/sgrep09.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

SIERRA LEONE. **DACO – Development assistance of coordination office**. Disponível em: <http://www.daco-sl.org/encyclopedia/1_gov/1_4ons.htm>. Acesso em: 13 mar. 2010.

SIERRA LEONE. **National Recovery Strategy Sierra Leone 2002-2003**. Disponível em: <http://www.daco-sl.org/encyclopedia/8_lib/8_3/gov/nrsAssRptDec03.pdf>. Acesso em: fev. 2010.

SIERRA LEONE. Peace Agreement (1996). **Peace Agreement between the government of the Republic of Sierra Leone and the Revolutionary United Front of Sierra Leone (RUF/SL)**. Abidjan, 1996.

SILBERFEIN, Marilyn. The Geopolitics of Conflict and Diamonds in Sierra Leone. **Academic Journal**. [S.l.]. 2004. v. 9. p. 213-241.

UNITED KINGDOM. UK Border Agency. Home Office. **Country of foreign information key documents**. London. 2010. 28 p.

UNITED STATES. U.S Department of State: **Diplomacy in action. Background note: Sierra Leone**. Disponível em: <www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5475.htm>. Acesso em: 05 mar. 2010.

UNITED STATES. U.S. Department of State. **2008 human rights report: Sierra Leone**: Bureau of democracy, human rights and labor. February, 25, 2009. Disponível em: <<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2008/af/119023.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

WENNMANN, Achim. The Economic Financing: A Comprehensive Approach Beyond Natural Resources. **Academic Journal – Global Governance**. [S.l.]. 2007. v. 13. p. 427-444.

WORLD BANK. **Conflict on diamond**. Africa Region Working Paper Series No. 13. 2001.